

Relatório Anual 2016



*Previdência
para uma Vida melhor*



Central de Atendimento

0800.280-3020

85.3452-6544

Av. Barão de Studart, 2700 - Dionísio Torres
CEP: 60120-002 - Fortaleza - CE - Brasil

Relatório Anual de Atividades

Apresentação -----	4
Mensagem da Diretoria -----	5
Organograma -----	6
Gestão e Governança Corporativa -----	7
Planejamento Estratégico -----	8
Principais Realizações de 2016 -----	9
Planos Previdenciários -----	17
BD -----	18
CD -----	29
Gestão de Investimentos -----	38
Administrativo -----	45
Anexos -----	49
Anexo I - Demonstrações e Notas Explicativas 2016	
Anexo II - Parecer Auditor Independente	
Anexo III - Parecer Conselho Fiscal	
Anexo IV - Manifestação Conselho Deliberativo	

Em atendimento à Resolução CGPC nº 23/2006 e à Instrução Normativa Previc nº 11/2014, a Faelce apresenta o Relatório Anual de Informações (RAI), documento que consiste numa síntese da gestão da Entidade em 2016 e traz os principais números da Fundação, além, dos principais registros ocorridos na Fundação no referido exercício. O Relatório torna público as Demonstrações Financeiras (DF's) e Atuariais (DA's), Notas Explicativas, além dos relatórios dos Auditores Independentes, dos Pareceres do Atuário e do Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho Deliberativo.

O RAI - Relatório Anual de Informações de 2016 da FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social, que ora se divulga, é mais um canal de comunicação que a Entidade disponibiliza para que seus participantes tenham acesso a informações sobre os principais acontecimentos e os resultados do exercício findo, elaborado dentro de um padrão definido pela legislação e com a transparência que tem permeado as nossas ações.

Ao tratar dos principais acontecimentos do ano de 2016, o RAI deixa evidente a atenção que a FAELCE tem dedicado aos seus participantes, seja pelo apreço ao atendimento, pelas prestações de contas feitas regularmente na capital e no interior do estado, nas homenagens que lhes são prestadas com frequência ou nas ações promovidas para seu bem estar e educação financeira.

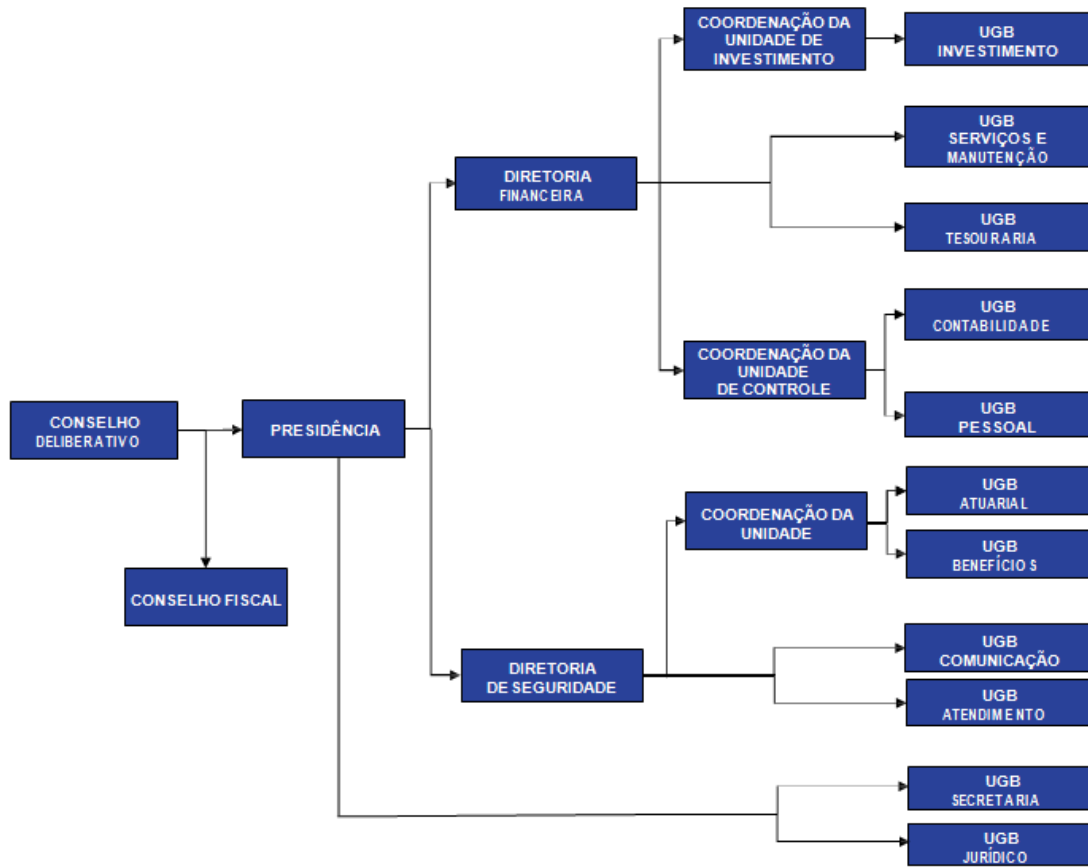
Ao apresentar os resultados dos planos de benefícios, obtidos no exercício, registra o acerto das estratégias e decisões tomadas pela administração, bem como a capacidade e o empenho dos colaboradores para cumprir com a missão de proporcionar um futuro melhor para seus participantes.

As rentabilidades dos investimentos em 2016 foram superiores às metas dos planos de benefícios, não apenas no resultado consolidado das carteiras, mas em cada um dos segmentos nos quais os recursos financeiros foram aplicados. A combinação desses retornos com a competente gestão dos passivos consolidou ainda mais o equilíbrio e a solvência dos planos de benefícios, e propiciou ao Plano de Benefício Definido reverter o resultado deficitário de 2015, reflexo de uma conjuntura adversa que golpeou todo o setor, e fechar o ano de 2016 com superávit superior a 11 milhões de reais.

A aprovação das contas retratadas nas demonstrações contábeis, pelos auditores externos e a emissão de parecer sem ressalvas coroa o trabalho desempenhado pelos colaboradores e dirigentes da FAELCE ao longo do ano. Trabalho esse que é dedicado a cada um dos participantes da Fundação, que nos confia parte importante de sua vida e de seu futuro.

David Augusto de Abreu

Presidente da Fundação Coelce de Seguridade Social



CONSELHO DELIBERATIVO

Mandato 2016 - 2019

TITULAR	SUPLENTE	INÍCIO MANDATO	TÉRMINO MANDATO
Ricardo Nelson Vasconcelos (Presidente)	---	02/05/2016	30/04/2019
David Augusto de Abreu	---	02/05/2016	30/04/2019
Viviane Maria Marcelo Bernardine	---	02/05/2016	30/04/2019
Juarez Ferreira de Paula	Regina Lúcia Alencar Ribeiro	02/05/2016	02/05/2019
José Flávio Maia Uchôa	Fernando Antônio de Moura Avelino	25/06/2016	25/06/2019

CONSELHO FISCAL

Mandato 2015 - 2019

TITULAR	SUPLENTE	INÍCIO MANDATO	TÉRMINO MANDATO
Carlos Wagner de Souza Maia (Presidente)	Artur Teixeira Lima Neto	01/10/2015	30/04/2018
Maria Enivalda Oliveira Monteiro	Lísia Maria de Andrade Saunders Magalhães	01/10/2015	30/04/2018
Francisco da Rocha Ribeiro	Luís Evandi Abraão Maia	02/05/2016	30/04/2019
Cesário Macedo Melo Neto	Antônia Nunes Batista	02/05/2016	30/04/2019

DIRETORIA EXECUTIVA

Mandato 2016 - 2019

DIRETORIA FAELCE	CARGO	INÍCIO MANDATO	TÉRMINO MANDATO
David Augusto de Abreu	Presidente	02/05/2016	30/04/2019
Carlos César Moreira Padilha	Dir. Administrativo Financeiro	02/05/2016	30/04/2019
José Tarcísio Ferreira Bezerra	Dir. Seguridade	02/05/2016	30/04/2019

MISSÃO

FAELCE: previdência para uma vida melhor.

Promover qualidade de vida através de planos de benefícios previdenciários

VISÃO

Manter a solvência do Plano de Benefícios definido com nível de superávit superior a 3% dos recursos garantidores e obter uma rentabilidade média de 110% da Selic no plano de contribuição definida.

VALORES

- Comprometimento: Somos comprometidos com nossos clientes, patrocinadores, colaboradores, parceiros e órgãos regulamentares, oferecendo um serviço de excelência;
- Ética: Adotamos uma postura ética em tudo o que fazemos, com respeito, honestidade e integridade nas nossas ações;
- Credibilidade: Agimos com lisura o que promove a nossa credibilidade diante dos nossos clientes e parceiros

OBJETIVOS

- Agimos com lisura o que promove a nossa credibilidade diante dos nossos clientes e parceiros;
- Maximizar o desempenho atuarial do Plano Previdenciário. (Dimensão Atuarial);
- Administrar com ética e transparência. (Dimensão Ética);
- Assegurar recursos humanos qualificados em conhecimento, habilidades e atitudes, necessários ao cumprimento de sua Missão. (Dimensão Recursos Humanos).

JANEIRO

Comemoração do Dia do Aposentado na ABRAPP



Na ocasião, o presidente da Faelce entregou o certificado de homenagem ao aposentado Tarcísio Pimenta.

O Dia do Aposentado foi comemorado pela Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) na tarde da terça-feira (26), na cidade de São Paulo. Aposentado desde 1996, José Tarcísio Pimenta, 72, recebeu o certificado de homenagem do presidente da Faelce David Augusto de Abreu.

FEVEREIRO

Faelce realiza recadastramento dos seus assistidos

A Faelce realiza, desde o início de fevereiro o recadastramento dos seus assistidos.



MARÇO

Faelce realiza palestras de prestação de contas

Com o objetivo de apresentar os resultados dos planos (BD e CD) e prestar atendimento individual aos assistidos, a Faelce realizou nos dias 10 de março e 04 de abril de 2016 palestras de prestação de contas nas cidades de Juazeiro do Norte e Sobral, respectivamente.

Os encontros reuniram 86 pessoas na cidade de Juazeiro do Norte e 54 em Sobral. Participaram dos eventos o presidente da Faelce, David Augusto de Abreu; Maria Mafalda de Melo, diretora de seguridade da Faelce e Marcos Antônio de Lima Santos, atuário interno da fundação.

ABRIL

1. Eleições acontecem nos dias 14 e 15 de abril



As eleições para a escolha dos candidatos aos cargos de Diretor de Seguridade, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal ocorreram nos dias 14 de abril e 15 de abril.

Vagas preenchidas no processo eleitoral:

- 01 Diretor(a) de Seguridade;
- 01 membro efetivo do Conselho Deliberativo e respectivo suplente, representante dos participantes;
- 01 membro efetivo do Conselho Deliberativo e respectivo suplente, representante dos assistidos;
- 01 membro efetivo do Conselho Fiscal e respectivo suplente, representante dos participantes;
- 01 membro efetivo do Conselho Fiscal e respectivo suplente, representante dos assistidos.

Votação pela Internet

Pela segunda vez, as eleições da Faelce foram realizadas online, no site www.faelce.com.br. Para facilitar o processo eleitoral, a Faelce disponibilizou em sua sede, nos dias 14 e 15 de abril, um computador para que participantes e assistidos pudessem votar.

2. 35 anos de conquistas com foco nos novos desafios

Nascida de um sonho antigo dos empregados e da Diretoria da Coelce e com a missão principal de promover a complementação de benefícios dos empregados da Companhia, a Faelce comemorou, dia 7 de abril, 35 anos de atividades. A fundação chega às três décadas e meia de muito trabalho e inúmeras conquistas buscando renovação para seguir caminhando rumo a novos desafios.

Nessa trajetória, a responsabilidade, a eficiência e a transparência foram elementos fundamentais para o desenvolvimento da entidade. Neste aniversário, mais do que celebrar as conquistas e comemorar o presente, a Fundação reforçou o compromisso com o amanhã e com o trabalho diário na construção de um futuro sólido, tranquilo e sustentável.



Hoje, ambos planos beneficiam cerca de 7.200 vidas, entre participantes ativos, assistidos e dependentes. Em reconhecimento à contribuição de todos, que não têm medido esforços para o crescimento da Fundação, a Diretoria Executiva expressa os seus mais sinceros votos de agradecimento e parabeniza a todos que ajudaram a construir esse patrimônio chamado Faelce.

MAIO

1. Eleições Faelce 2016: Acompanhe as mudanças na gestão de governança

Após o processo eleitoral, no dia 02 de maio, tomou posse o novo Diretor de Seguridade, Tarcísio Bezerra, e os novos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Faelce.

O momento marcou o fortalecimento da representatividade dos associados nas decisões da Fundação, tudo isso com a participação dos assistidos e participantes.

Sobre a Diretoria de Seguridade

Encerrando sua gestão em abril de 2016, Maria Mafalda de Melo, após 17 anos a frente da Diretoria de Seguridade da Faelce repassa a gestão para, José Tarcísio Ferreira Bezerra.

Conselho Deliberativo

Órgão máximo da estrutura organizacional da Faelce, sendo responsável pela definição da política geral de administração da Fundação e dos Planos de Benefícios. O órgão é composto por representantes dos patrocinadores, participantes e assistidos.

Conselho Fiscal

Além de fiscalizar, cabe ao Conselho Fiscal, principalmente, a função de zelar pela gestão econômico-financeira da Fundação Coelce de Seguridade Social (Faelce). O órgão é composto por representantes dos patrocinadores, participantes e assistidos.

2. Processo de fiscalização nos Planos de Benefícios da FAELCE

Em maio/2016 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC iniciou processo de fiscalização nos Planos de Benefícios da FAELCE. A Entidade ressalta que a ação fiscal é procedimento rotineiro aos quais os Fundos de Pensão estão sujeitos nos termos da legislação em vigor.

Em um primeiro momento a autarquia do Ministério da Previdência solicitou que a entidade encaminhasse diversos documentos inerentes ao funcionamento dos Planos de Benefício, tais como, Regulamentos dos Planos; Demonstrações Atuariais; Regulamento de Empréstimos; Política de Investimentos; Relatórios de Acompanhamento de Rentabilidade, dentre outros. Além da documentação relacionada com a gestão dos Planos de Benefícios, também foram solicitadas informações a respeito do Processo de Governança, como, por exemplo, Atas das reuniões da Diretoria Executiva; Contratos com Prestadores de Serviços; Manual de Governança; Código de Ética, entre outros.

Após a solicitação e encaminhamento das informações, a entidade recebeu a visita dos auditores fiscais para processo de fiscalização in loco. Durante o período em que estiveram na entidade, além de solicitarem documentação adicional e conversarem com alguns funcionários da Fundação para dirimirem as dúvidas existentes, realizaram reunião com os membros da Diretoria Executiva; Conselho Deliberativo e Fiscal.

Finalizado a primeira fase do processo de fiscalização, os auditores elaboraram relatório, encaminhado através do Ofício nº 059/2016/ERPE/PREVIC, de 15 de julho de 2016, expressando os fatos verificados e com opinião preliminar. O relatório contém recomendações, solicitações de posicionamento e determinações, oferecendo à entidade a possibilidade de explicação em relação ao entendimento da autarquia. Depois de receber o relatório a FAELCE comunicou imediatamente ao Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, o andamento dos trabalhos e iniciou os procedimentos para viabilizar as devidas respostas.

Depois de elaborar as explicações em conjunto com os Conselhos Deliberativo e Fiscal, a FAELCE encaminhou no prazo legal as respostas com os esclarecimentos solicitados, através

das Cartas FAELCE nº 263/2016, de 11 de agosto de 2016 e nº 306 de 28 de setembro de 2016.

Até o mês de dezembro/2016 a FAELCE não recebeu retorno a respeito e aguarda as considerações em relação as respostas encaminhadas e manterá todos informados a respeito do andamento do processo de fiscalização.

AGOSTO

1. Proposta de alteração no Estatuto da Fundação

O Conselho Deliberativo da Fundação aprovou, no dia 02 de setembro de 2016, proposição de alterações nos artigos 14 e 21 do Estatuto da FAELCE. A principal alteração ficou por conta da exclusão do Presidente da FAELCE da composição do Conselho Deliberativo, visando as boas práticas de governança. A alteração foi encaminhada à PREVIC em novembro e até dezembro o processo ainda estava sob análise.

2. Faelce promoveu curso preparatório para Exame de Certificação CPA10

Nos meses de agosto e setembro de 2016, a Faelce promoveu curso preparatório para o exame de certificação CPA10.



Recomendado para profissionais que queiram atuar no mercado financeiro, ou para aqueles que já atuam e precisam da certificação CPA10. Essa certificação é exigida pela PREVIC para os cargos de dirigentes e conselheiros.

NOVEMBRO

1. SAELCE promoveu a tradicional festa de confraternização em Fortaleza



O encontro de final de ano é uma parceria da Faelce com a SAELCE.

Na quinta-feira (24/11), a SAELCE realizou em Fortaleza a Festa de Confraternização 2016 de seus aposentados e pensionistas.

A Faelce, esteve presente na festa para realizar uma ação de educação financeira, através do EDUCAÇÃO (Programação de Educação Financeira e Previdenciária).

2. Palestras de Prestação de Contas acontecem em Juazeiro do Norte

Dia 28 de novembro, a Fundação Coelce realizou em Juazeiro do Norte mais uma rodada de palestras de prestação de contas. Destinada aos participantes e assistidos, os encontros têm por objetivo levar os resultados dos Planos BD e CD e prestar atendimentos individuais.



DEZEMBRO

Palestras de Prestação de Contas acontecem em Sobral

Na segunda-feira, 05 de dezembro, aconteceram em Sobral as Palestras de Prestação de Contas 2016.

O objetivo do evento é dar transparência à gestão, esclarecer dúvidas sobre os planos previdenciários (Plano BD e CD) e promover a educação Financeira e Previdenciária.

Planos Previdenciários

Plano de Benefício Definido
Plano de Contribuição Definida



1 PLANOS PREVIDENCIÁRIOS

Gestão de Participantes e Assistidos

1.1 Número de Participantes e Assistidos

O Plano de Benefício Definido encerrou o ano de 2016 com um total de 2.461 participantes ativos e assistidos, sendo 262 participantes ativos e 2.199 assistidos, dentre os quais 651 são pensionistas.

Dos 266 participantes, 6 são ex-empregados que optaram por permanecer vinculados ao plano de benefícios, custeando além da sua contribuição também a que caberia ao patrocinador.

Para o conhecimento da evolução da quantidade de participantes e assistidos nos últimos 2 exercícios:

Situação	Dez/2016	Dez/2015
Total Ativos	263	283
Ativos (Coelce e Faelce)	250	266
Autopatrocínados	6	9
Em Vesting ou BPD	6	4
Em Prazo de Opção	1	3
Em Processo de Aposentadoria	0	1
Total Assistidos	2.199	2.208
Aposentados	1.548	1.559
Pensionistas	651	649
Total de Ativos e Assistidos	2.462	2.491

Fonte: SIG – Sistema de Informações Gerenciais

1.2 Perfil dos Participantes e Assistidos

A tabela abaixo apresenta o perfil por faixa etária dos participantes e assistidos com data base em 31/12/2016

Situação	Idade Mínima	Idade Média	Idade Máxima
Ativos (Coelce e Faelce)	39	55	63
Autopatrocínados	44	51	55
Em Vesting ou BPD	44	52	55
Aposentados Programados	50	70	95
Aposentados Por Invalidez	43	66	92
Pensionistas	13	69	94

Fonte: Base Cadastral – Dez/2016

1.3 Despesas Previdenciárias (R\$ mil)

As despesas com benefícios de complementação de aposentadorias e pensões no exercício de 2016 totalizaram R\$ 73.545 mil, sendo R\$ 64.354 mil de complementações de aposentadorias, R\$ 9.150 mil de complementações de pensões, R\$ 17 mil referentes a resgates de contribuições e R\$ 24 mil com outros benefícios.

Os benefícios de complementações de aposentadorias e de pensões foram reajustados em dezembro/2016, retroativo a novembro/2016 com o índice de 8,50%, referente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC de novembro/2015 a outubro/2016.

Tipo de Benefício	2016	2015
Aposentadorias Programadas	61.353	55.913
Aposentadorias Por Invalidez	3.001	2.879
Pensão por Morte	9.150	8.078
Resgate de Contribuições	17	12
Outros Benefícios	24	54
Total	73.545	66.936

Fonte: SIG – Sistema de Informações Gerenciais

1.4 Receitas Previdenciais (R\$ mil)

As receitas previdenciais de 2016 totalizaram R\$ 17.748 mil, assim distribuídas: R\$ 2.876 mil destinados ao custeio do plano de benefícios (contribuição normal), divididos entre contribuição normal de patrocinador, ativos e autofinanciados; R\$ 9.029 mil de contribuições amortizantes, R\$ 3.434 de contribuições dos assistidos; R\$ 2.366 destinadas ao custeio administrativo e R\$ 43 de outras contribuições.

Receitas Previdenciais	2016	2015
Patrocinadores (A)	9.894	9.621
Contribuições Normais	865	1.060
Contribuições Extraordinárias	9.029	8.561
Ativos (B)	1.955	1.964
Autofinanciados (C)	56	143
Assistidos (D)	3.434	3.122
Outras (Encargos + Joias + Eventuais) – (E)	43	50
Contribuições Contratadas (F)	0	0
Custeio Administrativo (G)	2.366	1.973
Total (A + B + C + D + E + F + G)	17.748	16.873

Fonte: SIG – Sistema de Informações Gerenciais

1.5 Reservas e Resultado do Plano de Benefício nos Exercícios de 2016 e 2015 (R\$ mil)

O plano de benefício definido apresentou resultado superavitário de R\$ 11.229, ou seja, o plano atingiu o patrimônio de R\$ 1.056.835, enquanto que as obrigações previdenciais (Reserva Matemática) totalizaram R\$ 1.045.606.

Reservas	2016	2015
Reserva Técnica (A)	1.056.835	983.994
Provisões Matemáticas (B)	1.045.606	991.003
Benefícios Concedidos (+)	908.170	856.866
Benefícios a Conceder (+)	163.623	165.166
Reserva a Amortizar (-)	(26.187)	(31.028)
Superávit/Déficit Técnico Acumulado (A - B)	11.229	(7.009)

Fonte: SIG – Sistema de Informações Gerenciais

2 Situação Atuarial do Plano

A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Definidos vigente na FAELCE, patrocinado pela COELCE, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do exercício anterior), em razão do fechamento do Plano, em 16/01/2007, a novas adesões de participantes face à entrada em vigência do Plano Misto de Benefícios FAELCE CD, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial de 31/12/2015, a mesma, antes da aplicação do disposto na Resolução CNPC nº 15/2014 e na Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 615/2014), apresentou um Superávit Técnico Contábil, em 31/12/2016, de R\$ 11.229, representando o equivalente a 1,06% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 1.056.835.

3 Hipóteses Atuariais e seus Fundamentos

3.1 Tábua de Mortalidade Geral

Em conformidade com o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, o estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade Geral, apresentado pelo Anexo 1 do JM/1415/2015 de 30 de junho de 2015, ainda está dentro da validade máxima de 3 (três) anos, viabilizando a manutenção da Tábua de Sobrevivência/ Mortalidade Geral AT-2000 (masculina) para esta Demonstração Atuarial do exercício de 2016 do Plano BD da FAELCE.

3.2 Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Em conformidade com o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, o estudo de aderência de Tábuas de Mortalidade de Inválidos, apresentado pelo Anexo 1 do JM/1415/2015 de 30 de junho de 2015, ainda está dentro da validade máxima de 3 (três) anos, viabilizando a manutenção da Tábua de Sobrevivência/ Mortalidade de Inválidos AT-83 (masculina) para esta Demonstração Atuarial do exercício de 2016 do Plano BD da FAELCE

3.3 Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Em conformidade com o parágrafo 6º do item II do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, o estudo de aderência de Tábuas de Entrada em Invalidez, apresentado pelo Anexo 2 do JM/1415/2015 de 30 de junho de 2015, ainda está dentro da validade máxima de 3 (três) anos, viabilizando a manutenção da Tábua de Sobrevivência/Mortalidade de Inválidos AT-83 (masculina) para esta Demonstração Atuarial do exercício de 2016 do Plano BD da FAELCE.

3.4 Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

O fator esperado para 2016 era de 98%, baseado numa inflação média anual projetada de 4,00%, porém a inflação de 2016, medida pelo INPC do IBGE ficou em 6,58%, representando um fator de capacidade de 96,41%, ou seja, o fator de capacidade de 98,00% utilizado em 2016, com base na inflação média a longo prazo de 4,00% (abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,50% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil), foi conservador em relação ao ocorrido no ano de 2016.

3.5 Indexador do Plano

Considerando o INPC o indexador do Plano, este índice acumulado resultou em 6,58%, ou seja, acima da projeção da inflação oficial do Brasil, sendo 4,0% a projeção da inflação esperada para o exercício de 2016, entre o limite inferior e o centro da meta de inflação a longo prazo do Governo Federal.

O Indexador em questão se baseia na projeção de que a política de reajuste salarial da Patrocinadora (consequentemente dos benefícios de prestação continuada do Plano) tomará por base a inflação dada pelo INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

3.6 Taxa Real Anual de Juros

A meta atuarial de rentabilidade real de 4,5% ao ano, adotada desde junho de 2012, foi alcançada no exercício de 2016, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir como Justificativa da EFPC e Opinião do Atuário.

Considerando que o Estudo da ALM do Plano de Benefícios Definidos (BD) da FAELCE, elaborado em novembro de 2016 pela Consultoria Aditus, e o Relatório de Adequação da Taxa de Juros, elaborado pelo JM/1386/2016, de 22/11/2016, se posicionou de forma favorável, dentro do cenário esperado para os anos futuros, à perspectiva de obtenção de retornos reais compatíveis com a meta atuarial de INPC + juros reais de 4,5% ao ano, levando em consideração os fluxos de receitas e de despesas, as rentabilidades dos títulos já existentes em carteira e as aplicações/reaplicações de recursos a serem realizadas no futuro, o Conselho Deliberativo desta EFPC se manifestou favorável a adoção da taxa de juros reais de 4,5% ao ano.

Em consonância com o parágrafo 4º do Artigo 3º da Instrução PREVIC nº 23 de 26/06/2015, onde consta “Na elaboração do estudo técnico de adequação o atuário pode ainda utilizar-se de outros estudos para embasar a adoção de hipóteses atuariais.”, foi elaborado o JM/1386/2016, de 22/11/2016, no qual utilizamos o estudo técnico elaborado pela Aditus em 11/2016, para adequação e aderência da Taxa Real de Juros do Plano, onde a rentabilidade líquida (TIR) da carteira foi estimada em 6, 12% a.a.. Com base na Res. CNPC 15 de 19/11/14 o prazo da duração do passivo foi de 11,89 anos equivalente à taxa parâmetro de 6,21%. Portanto, a taxa adotada na avaliação atuarial do Plano de 2016, de 4,5% ao ano, se encontra dentro do limite mínimo estabelecido pela Portaria 186/2016 e a taxa máxima apurada pela duração do passivo.

4 Superávit

Considerando que o Resultado (Superávit) Técnico Acumulado Contábil, nos termos do artigo 7º da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, está abaixo do Limite da Reserva de Contingência equivalente a 20,22% (= 10% + 10,22 x 1 %) do total das Provisões Matemáticas, ou seja, abaixo de R\$ 211.421.537,36, o mesmo tem, como objetivo, dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, assim sendo, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

5 Demonstrativo Atuarial – Parecer

5.1 Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o plano de benefícios BD da FAELCE, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FAELCE, resultou no custo total de 20,63% (excluído o custo administrativo e a contribuição normal de 5,36% dos aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme abaixo descrito:

Tipo de Benefício	Custo (%)	
	31/12/2016	31/12/2015
Aposentadorias *2 / *3	9,29%	9,38%
Invalidez	0,12%	0,13%
Pensão por Morte	1,43%	1,46%
Sub-Total (1)	10,84%	10,97%
Suplementar	9,79%	9,29%
Sub-Total (2)	9,79%	9,29%
Total (1)+(2)	20,63%	20,26%
Custo Administrativo	*1	*1

*1: Custeada, à parte, por contribuição específica da Patrocinadora, estabelecida com base no orçamento anual elaborado pela FAELCE;

*2: Aberto proporcionalmente ao valor atual dos benefícios futuros dos participantes em risco não iminente;

*3: Inclui resgates, já que se passou a considerar nula a rotatividade;

Nota: Na avaliação Atuarial de dezembro de 2016, a idade média de todos os participantes ativos é de 55 anos (incluindo os autopatrocinados e BPD).

O custo total reavaliado de 20,63% será custeado pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefício Definido da FAELCE, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, correspondendo a:

Contribuições Normais	Em %	
	31/12/2016	31/12/2015
Referência	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição Normal Média dos Ativos (Alíquotas Variáveis)	6,39%	6,52%
Contribuição Normal da Patrocinadora *1	4,45%	4,45%
Sub-Total	10,84%	10,97%
Custo Suplementar *2	9,79%	9,29%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	20,63%	20,26%
Aposentados	5,36%	5,33%

*1: Já com os ajustes contributivos apresentados no anexo do JM/1573/2007 de 16/07/2007;

*2: Favor verificar o Anexo 1 ao JM/0172/2017 de 25/01/2017, para conferir a nota na íntegra.

A Contribuição Normal Pura (que exclui sobrecarga administrativa) vigente, atuarialmente determinada, de 10,84% da folha do Salário Real de Contribuição correspondente exatamente ao Custo Normal Puro (que exclui sobrecarga administrativa), atuarialmente reavaliado ao final de 2016 de 10,84% da folha do Salário Real de Contribuição. Tal fato significa que a Contribuição Normal Pura, que vem sendo praticada, guarda conformidade com o Custo Normal Puro reavaliado na posição de dezembro de 2016.

5.2 Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2015 para o mês de dezembro de 2016, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Valores R\$			
Referência	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Provisão De Benefícios Concedidos	908.169.781,23	856.865.608,81	5,99%
Provisão De Benefícios A Conceder	163.623.496,07	165.166.246,81	-0,93%
Provisão Matemática A Constituir *1	- 26.187.256,75	-31.028.365,51	-15,60%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.045.606.020,55	991.003.490,11	5,51%

*1: A ser amortizada pelo pagamento da COELCE da Contribuição Suplementar de 9,79% da sua Folha Salarial a vigorar nos próximos 36 meses a contar de janeiro de 2017, sendo seu valor correspondente ao valor atual de contribuição suplementar assumida pela Patrocinadora COELCE por conta de tempo de serviços passados, averbados pelo Plano de Benefício Definido vigente na FAELCE, durante os quais não houve a correspondente contribuição previdenciária.

5.3 Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação

A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Definidos vigente na FAELCE, patrocinado pela COELCE, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do exercício anterior), em razão do fechamento do Plano, em 16/01/2007, a novas adesões de participantes face à entrada em vigência do Plano Misto de Benefícios "FAELCE CD", bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial de 31/12/2015, a mesma, antes da

aplicação do disposto na Resolução CNPC nº 15/2014 e na Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 615/2014), apresentou um Superávit Técnico Contábil, em 31/12/2016, de R\$ 11.228.676,84, representando o equivalente a 1,06% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 1.056.834.697,39.

Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- I. Tábua de Mortalidade Geral: Mantida em 31/12/2016, ou seja, foi adotado o q_x da AT-2000 (masculina);
- II. Tábua de Mortalidade de Inválidos: Mantida em 31/12/2016, ou seja, foi adotado o $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina);
- III. Tábua de Entrada em Invalidez: Mantida em 31/12/2016, ou seja, foi adotada a LIGHT (FRA- CA);
- IV. Rotatividade: Mantida como sendo Nula;
- V. Taxa real de juros/desconto: 4,5% ao ano;
- VI. Projeção de Crescimento Real de Salários: Mantido em 31/12/2016, ou seja, foi adotado 1,01% ao ano;
- VII. Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Mantido em 31/12/2016 no mesmo nível de 100%, adotado em 31/12/2015, por continuar a se trabalhar com a média atualizada do Salário Real de Benefício (SRB), conforme definido no Regulamento do Plano;
- VIII. Em relação à composição familiar, se está adotando a família efetiva para os benefícios de pensão por morte já concedidos, bem como para as reversões em benefício de pensão por morte dos benefícios de aposentadoria já concedidos e, dessa forma, tão somente para os Benefícios a Conceder a Participantes Não Assistidos é que se adota a Composição Média de Família, que foi revista em 2016;
- IX. Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: Mantida em 31/12/2016 no mesmo nível de 98% adotado em 2015

Para esta reavaliação atuarial de dezembro de 2016, estão sendo mantidas as contribuições vigentes e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, na forma estabelecida na Instrução Normativa SPC/MPS Nº 28/2008 de 30/12/2008 (D.O.U. de 31/12/2008).

Este Plano de Benefícios Definidos da FAELCE possui em carteira papéis que levará até o vencimento com taxas atreladas à inflação mais juros reais, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC nº 04/2002 está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos conforme taxa pactuada. A capacidade financeira relativa à adoção desse procedimento de registro de títulos classificados como “até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os

fluxos de receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

NOTA: Os valores das Provisões Matemáticas constantes da presente avaliação atuarial, foram calculados levando em conta as novas sistemáticas de concessão das aposentadorias do INSS introduzida pela Lei 9.876 /99, já que não foi incorporado ao Regulamento de Benefícios vigente qualquer dispositivo no sentido de neutralizar os efeitos da referida Lei no valor dos benefícios de aposentadoria deste Plano da FAELCE.

Tomando por base os valores contábeis do Patrimônio de Cobertura do Plano ao final de 2015 e ao final de 2016, a rentabilidade nominal líquida obtida pela FAELCE, na aplicação do Ativo Líquido deste Plano, ao longo de 2016, foi de 14,43% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,31% o que, em termos reais, representou obter mais 6,47%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,5%, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

Os principais Riscos Atuariais do Plano BD da FAELCE estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, os consultores financeiros da FAELCE, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, tem de continuar na hipótese relativa ao retorno dos investimentos.

O valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 4,50% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 150.002.517,87 em 31/12/2015. E, conforme disposto na legislação em vigor, em caso de uma possível destinação de resultado nos termos da atual legislação em vigor, apenas o valor do ajuste de precificação negativo deve ser deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

5.4 Qualidade da Base Cadastral Utilizada

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado,

devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 1 do item V.3. desta D.A., os regimes atuariais de financiamento apresentados no item 1 da Nota Técnica Atuarial do Plano de Benefícios Definidos da FAELCE (JM/2393/2012 de 21/08/2012) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FAELCE, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial de 31/12/2016, refletida nesta D.A..

5.5 Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis

Neste contexto, a evolução do Déficit Técnico Contábil de R\$ (7.009.306,62), apurado em 31/12/2015, para o Superávit Técnico Contábil apurado em 31/12/2016 de R\$ 11.228.676,84, estão, a seguir, apresentados:

Evolução do Resultado Acumulado	Em R\$
(1) Déficit Técnico Contábil existente em 31/12/2015	(7.009.306,62)
(2) Redução das Provisões Matemáticas decorrentes da evolução da Provisão Matemática a Constituir de 31/12/2015 para 31/12/2016	(4.841.108,76)
(3) Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial de Rentabilidade no ano de 2016	20.260.969,67 (*1)
(4) Outros resultados líquidos, Ganhos / (Perdas), de origens diversas e pulverizados não registrados acima (Vide NOTA)	2.818.122,55 (*2)
(5) 5)=(1)+(2)+(3)+(4) Resultado Técnico Acumulado Contábil existente em 31/12/2016	11.228.676,84 (*3)

(*1): Igual a R\$ 1.056.834.697,39 (PLreal) - R\$ 1.036.573.727,72 (PL estimado) = R\$ 20.260.969,67;

(*2): Igual a 0,27% do total das Provisões Matemáticas do ano de 2016.

NOTA: Consiste em desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de final de exercício, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria, majoração e reestabelecimentos de complementações por força de decisão judicial), com o que realmente ocorreu de decremento no mesmo exercício, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano.

(*3): Esse Resultado Técnico Contábil corresponde ao Equilíbrio Técnico do Plano, representando a Situação Atuarial do Plano em 31/12/2016.

5.6 Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado

Considerando que o Resultado (Superávit) Técnico Acumulado Contábil, nos termos do artigo 7º da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, está abaixo do Limite da Reserva de Contingência equivalente a 20,22% (= 10% + 10,22 x 1%) do total das Provisões Matemáticas, ou seja, abaixo de R\$ 211.421.537,36, o mesmo tem, como objetivo, dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, assim sendo, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

5.7 Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de capitalização adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, Pensão por Morte e de Auxílio-Reclusão, que é o de Capitalização na versão agregada, em conformidade com a Nota Técnica Atuarial correspondente à Avaliação Atuarial do exercício de 2016 deste Plano de Benefício Definido da FAELCE.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2017
José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

1 Gestão de Participantes e Assistido

1.1 Número de Participantes e Assistidos

O Plano de Contribuição Definida encerrou o ano de 2016 com um total de 914 participantes e assistidos, sendo 841 participantes ativos e 73 assistidos, dentre os quais 4 são pensionistas. Dos 914 participantes, 7 são ex-empregados que optaram por permanecer vinculados ao plano de benefícios, custeando além da sua contribuição também a que caberia ao patrocinador. Para o conhecimento da evolução da quantidade de participantes e assistidos nos últimos 2 exercícios:

Situação	Dez/2016	Dez/2015
Total Ativos	840	881
Ativos (Coelce e Faelce)	800	842
Autopatrocínados	7	11
Em BPD	23	21
Em Prazo de Opção	10	7
Total Assistidos	73	50
Aposentados	69	48
Pensionistas	4	2
Total de Ativos e Assistidos	913	931

Fonte: SIG – Sistema de Informações Gerenciais

1.2 Perfil dos Participantes e Assistidos

A tabela abaixo apresenta o perfil por faixa etária dos participantes e assistidos com data base em 31/12/2016

Situação	Idade Mínima	Idade Média	Idade Máxima
Ativos (Coelce e Faelce)	21	42	67
Autopatrocínados	31	43	58
Em BPD	30	42	57
Aposentados Programados	50	57	65
Pensionistas	48	54	60

Fonte: Base Cadastral – Dez/2016

1.3 Despesas Previdenciais (R\$ mil)

As despesas com benefícios de aposentadoria normal, pensões e auxílio-doença no exercício de 2016 totalizaram R\$ 1.509, sendo R\$ 1.464 de aposentadoria normal, R\$ 43 de pensões e R\$ 2 de auxílio doença. O Plano também efetuou pagamento único de invalidez e pensão no valor de R\$ 175, bem como R\$ 1.692 de Resgate de Contribuições e transferiu para outros Planos de Previdência R\$ 200 referente a Portabilidade.

Tipo de Benefício	2016	2015
Aposentadorias Normal	1.464	1.002
Invalidez	0	0
Pensão	43	17
Invalidez ou Pensão (Pagamento Único)	175	243
Auxílio-Doença	2	0
Resgate de Contribuições	1.692	1.470
Portabilidade	200	282
Total	3.576	3.014

Fonte: SIG – Sistema de Informações Gerenciais

1.4 Receitas Previdenciais (R\$ mil)

As receitas previdenciais de 2016 totalizaram R\$ 8.093, assim distribuídas: R\$ 3.926 efetuadas pelos Patrocinadores; R\$ 4.111 pelos participantes empregados da COELCE e FAELCE; R\$ 29 dos participantes autopatrocinados; R\$ 25 efetuadas pelos assistidos a título de contribuição administrativa e R\$ 2 de outras contribuições.

Receitas Previdenciais	2016	2015
Patrocinadores (A)	3.926	3.890
Ativos (B)	4.111	3.960
Autofinanciados (C)	29	68
Assistidos (D)	25	19
Portabilidade (E)	0	63
Outras (Encargos + Joias + Eventuais) – (F)	2	10
Total (A + B + C + D + E + F)	8.093	8.010

Fonte: SIG – Sistema de Informações Gerenciais

1.5 Reservas do Plano de Benefício nos Exercícios de 2015 e 2016 (R\$ mil)

Em função da natureza do Plano de Contribuição Definida, o mesmo não apresenta superávit ou déficit, ou seja, toda a rentabilidade líquida obtida é destinada a reserva dos participantes. Em 31/12/2016 o Plano apresentava R\$ 11.522 de Reserva de Benefícios Concedidos (aposentados e pensionistas), enquanto que a Reserva de Benefícios a Conceder (participantes ativos) totalizava R\$ 90.554. Além das Reservas de Benefícios Concedidos e a Conceder o Plano possui Fundo de Risco para financiar os benefícios por entrada em invalidez; benefícios por morte e auxílio doença dos participantes ativos.

Reservas	2016	2015
Provisões Matemáticas e Fundo de Risco	106.298	88.953
Benefícios Concedidos (+)	11.522	8.078
Benefícios a Conceder (+)	90.554	77.357
Fundo de Risco (+)	4.222	3.518

Fonte: SIG – Sistema de Informações Gerenciais

2 Situação Atuarial do Plano

Pela natureza do Plano Misto de Benefícios da FAELCE ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial.

3 Hipóteses Atuariais e seus Fundamentos

3.1 Tábua de Mortalidade Geral

Por se tratar de benefício a ser pago pela ocorrência de morte do participante ativo e não em decorrência da sua sobrevivência, é adequado se manter, como Mortalidade Geral, a Tábua AT-83 (masculina), a qual vem se mostrando suficiente, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder), que, em 31/12/2016, alcançou o valor de R\$ 4.222.141,37, sendo que, em 31/12/2015, esse saldo era de R\$ 3.517.674,90.

3.2 Tábua de Entrada em Invalidez

Por se tratar de benefício a ser pago por entrada em invalidez do participante ativo, é adequado se manter, como Tábua de Entrada em Invalidez, a LIGHT (MÉDIA), a qual vem se mostrando suficiente, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder), que, em 31/12/2016, alcançou o valor de R\$ 4.222.141,37, sendo que, em 31/12/2015, esse saldo era de R\$ 3.517.674,90.

3.3 Indexador do Plano

Pela natureza do Plano Misto de Benefícios da FAELCE, nos Benefícios concedidos na modalidade de Contribuição Definida, a rentabilidade expressa pela variação das Cotas é o índice que atualiza monetariamente os compromissos do Plano, sendo que, em relação aos Benefícios de Risco a Conceder, que são os que são concedidos na modalidade de Benefício Definido, não é utilizada a Hipótese de Indexador do Plano.

3.4 Taxa de Juros

Por se tratar de Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder, que são na modalidade de Benefício Definido, são avaliados pelo Regime de Repartição Simples, a

Hipótese de Taxa Real Anual de Juros é de 0% ao ano, considerando como indexador a variação do valor das cotas, nos Benefícios Concedidos na modalidade de Contribuição Definida e não é adotada nos Benefícios de Riscos a Conceder (na modalidade de Benefício Definido) por serem avaliados pelo Regime de Repartição Simples.

4 Impactos sofridos pelo Plano

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco a Conceder, pagos na forma de Pecúlio, por Morte em Atividade ou por Entrada em Invalidez, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo regime de repartição simples. Quanto aos demais benefícios, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual. Alteração Regulamentar - Não houve alteração no Regulamento do Plano Misto de Benefícios Faelce no exercício de 2016.

5 Demonstrativo Atuarial – Parecer

5.1 Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior

A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano Misto de Benefícios FAELCE, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FAELCE, resultou no custo total de 11,08%, conforme abaixo descrito:

Tipo de Benefício	Custo (%)	
	2016	2015
Aposentadorias	9,27%	8,86%
Invalidez	-%	-%
Pensão por Morte	-%	-%
Auxílio-Doença (*1)	0,14%	0,13%
Pecúlio por Morte / Invalidez (*2)	0,89%	0,85%
Resgates	-%	-%
Outros Benefícios	-%	-%
Sub-Total (1)	10,30%	9,84%
Suplementar	-%	-%
Jóias	-%	-%
Custo Administrativo (*3)	0,78%	0,74%
Sub-Total (2)	0,78%	0,74%
TOTAL (1)+(2)	11,08%	10,58%

*1: Equivalente a 1,25% do Custo Total, sendo pago de forma paritária pelos participantes ativos e pelo Patrocinador (VIDE IMPORTANTE);

***2:** Equivalente a 8,00% do Custo Total, sendo pago de forma paritária pelos participantes ativos e pelo Patrocinador (VIDE IMPORTANTE);

***3:** Equivalente a 7,00% do Custo Total, sendo pago de forma paritária pelos participantes ativos e pelo Patrocinador.

IMPORTANTE: Esse custo em relação aos participantes migrados não será feito através de contribuição para benefício de risco, mas tão-somente pela alocação inicial de recursos no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder) oriundos da Provisão Matemática do Plano de Origem (Plano FAELCE-BD), equivalentes ao valor atual dos respectivos custos;

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2016, a idade média dos participantes ativos é de 42 anos.

O custo total reavaliado de 11,08% será custeado, no exercício de 2016, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios da FAELCE, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, correspondendo a:

Contribuições Normais Referência	Em %	
	2016	2015
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) (*1)	5,54%	5,29%
Contribuição Normal da Patrocinadora (*1)	5,54%	5,29%
Sub-total	11,08%	10,58%
TOTAL (1)+(2)	11,08%	10,58%

5.2 Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior

A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2015 para o final do ano 2016, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	Vaores R\$		
	2016	2015	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	11.521.900,20	8.078.070,16	42,63%
Provisão de Benefícios a Conceder	90.554.398,48	77.357.231,59	17,06%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	102.076.298,68	85.435.301,75	19,48%

5.3 Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação

Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

Em relação ao Benefício Adicional por Morte do Participante ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, o qual utiliza a Tábua de Mortalidade Geral AT-83 (masculina), que vem se mostrando suficiente, conforme demonstra a evolução do Saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefício de Risco (a conceder), que, em 31/12/2016, alcançou o valor de R\$ 4.222.141,37 comparativamente aos R\$ 3.517.674,90 registrados em 31/12/2015.

Em se tratando do Benefício Adicional por Entrada em Invalidez do Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, o qual utiliza a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA), que demonstra estar suficientemente adequada pela evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder), de R\$ 3.517.674,90, registrado em 31/12/2015, para R\$ 4.222.141,37 em 31/12/2016.

O Plano de Custeio destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto de Benefícios da FAELCE, é o seguinte:

a) Contribuição Normal Mensal Programada do Participante:

Seu valor total é igual a:

- 2,5% da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente a 5 U.R. - FAELCE *1;
- 4,0% da parcela do Salário Real de Contribuição entre 5 e 10 U.R. - FAELCE *1; e
- 9,0% da parcela do Salário Real de Contribuição excedente a 10 U.R. - FAELCE *1.

*1: U.R. FAELCE é igual a R\$ 407,78 (a preços de novembro de 2016), a ser reajustada, no mês base do reajuste anual do respectivo Patrocinador, pelo INPC do IBGE.

A decomposição dessa Contribuição Normal Mensal Programada do Participante é a seguinte:

- i) Contribuição Básica do Participante: Alfa% da Contribuição Normal Mensal Programada do Participante, sendo Alfa% = 93% para os participantes migrados do Plano de Origem (Plano de Benefícios Definidos da FAELCE) e 83,75% para os demais participantes, cuja destinação é dar cobertura aos benefícios programados deste Plano Misto de Benefícios da FAELCE;
- ii) Contribuição para Benefício de Risco do Participante (vide Fato Relevante 1): Beta% da Contribuição Normal Mensal Programada do Participante, sendo Beta% = 0% para os participantes migrados do Plano de Origem (Plano de Benefícios Definidos da FAELCE) e 9,25% para os demais participantes, cuja destinação é dar cobertura aos benefícios de risco deste Plano Misto de Benefícios da FAELCE; e
- iii) Contribuição para despesas administrativas do Participante: [100% - Alfa% - Beta%] da Contribuição Normal Mensal do Participante, onde Alfa% e Beta%

foram definidos anteriormente, cuja destinação é a de realizar o custeio administrativo deste Plano Misto de Benefícios da FAELCE.

NOTA: Esse custeio em relação aos participantes migrados não será feito através de contribuição para o benefício de risco, mas tão-somente pela alocação inicial de recursos no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder) oriundos da Provisão Matemática do Plano de Origem (Plano de Benefícios Definidos da FAELCE), equivalentes ao valor atual dos respectivos custos.

b) Contribuição Normal Mensal Programada do Patrocinador:

Seu valor total, como sua decomposição, é igual à Contribuição Normal Mensal Programada do Participante.

c) Contribuição Normal Facultativa do Participante:

Corresponde à contribuição mensal ou esporádica, de caráter voluntário, feita com o objetivo de aumentar a cobertura relativa aos benefícios programados deste Plano Misto de Benefícios da FAELCE.

d) Contribuição para despesas administrativas dos Assistidos:

Contribuição mensal continuada, de caráter obrigatório, a ser realizada pelos assistidos, não superior a 1,5% do valor do benefício, sendo fixada em 1,5% desde o mês de janeiro de 2010 e até que, através de parecer atuarial, tal percentual seja modificado.

5.4 Qualidade da Base Cadastral Utilizada

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela FAELCE, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, os quais submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2016, refletida nesta D.A..

5.5 Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

O Fundo de Risco é constituído mensalmente com as contribuições efetuadas por participantes e patrocinador, enquanto que a reversão ocorre no pagamento dos benefícios. O Fundo Patronal Não Comprometido é constituído com a parcela da contribuição da patrocinadora não resgatada no desligamento do participante. Ocorre a reversão anualmente para o Fundo Administrativo, conforme aprovação do Conselho Deliberativo e Parecer Atuarial.

5.6 Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis

Pela natureza do Plano Misto de Benefícios da FAELCE ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial.

5.7 Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado

Pela natureza do Plano Misto de Benefícios da FAELCE ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado.

5.8 Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco a Conceder, pagos na forma de Pecúlio, por Morte em Atividade ou por Entrada em Invalidez, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo regime de repartição simples. Quanto aos demais benefícios, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2017
José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Gestão de Investimentos & Administrativo



1 Gestão de Investimentos

1.1 Contextualização do Mercado Financeiro

No princípio de 2016, o cenário econômico era muito negativo. Desde o final de 2015 e por todo ano de 2016, o cenário econômico global esteve muito incerto, uma vez que emergiram múltiplos eventos nos mercados financeiros, derivados dos mais diversos temas econômicos, políticos e microeconômicos.

Em termos políticos, o processo atribulado de destituição do poder no Brasil teve impacto significativo no mercado financeiro.

Entre mudanças nos cenários econômico, social e político, acompanhamos momentos em que a falta de horizonte se alternou com o otimismo. Iniciou-se um claro progresso na agenda de medidas estruturantes, tais como a instituição de um teto de gastos, mas só isso não basta e será necessário avançar na agenda fiscal com o objetivo de melhorar as contas públicas. Tal prognóstico sugere cautela, também abre espaço para o otimismo, afinal 2017 poderá ser um importante divisor de águas para o país, um ano no qual construiremos as bases para crescer mais à frente.

O aspecto positivo, se assim podemos dizer, desse processo é a sua contribuição para a desinflação da economia brasileira.

Assim tivemos em 2016 a recuperação das ações da Coelce no plano BD e um desempenho além das expectativas na renda variável no plano CD.

Por fim o plano BD obteve um superávit de R\$18,2 milhões revertendo o déficit de R\$7 milhões. E um excelente retorno no plano CD que se espera que se reverta para um futuro melhor para o participante.

1.2 Quadro de Investimentos

Consolidado por Plano

	2016				2015			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Consolidado	Plano BD	Plano CD	PGA	Consolidado
Créditos privados e depósitos (a)								
Instituições financeiras								
Custo atualizado	1.088	-	-	1.088	1.088	-	-	1.088
(-) Provisão para perdas	(1.088)	-	-	(1.008)	(1.088)	-	-	(1.088)
	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações								
Patrocinadora - Coelce	39.989	-	-	39.989	31.825	-	-	31.825
	39.989	-	-	39.989	31.825	-	-	31.825
Fundos de investimentos								
Renda fixa (b)	875.874	92.012	12.332	980.218	817.680	76.980	10.758	905.418
Ações (c)	20.708	7.990	-	28.698	22.086	6.457	-	28.543
Participações (d)	12.012	319	-	12.331	11.502	298	-	11.800
	908.594	100.321	12.332	1.021.247	851.268	83.735	10.758	945.761
Investimentos imobiliários (e)								
Edificações para uso próprio	2.843	-	-	2.843	2.643	-	-	2.643
Edificações locadas à patrocinadora	93.099	-	-	93.099	87.182	-	-	87.182
Outros investimentos imobiliários	6.760	-	-	6.760	6.757	-	-	6.257
	102.702	-	-	102.702	96.582	-	-	96.582
Operações com participantes (f)								
Empréstimos	16.214	4.952	-	21.166	15.540	4.514	-	20.054
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(92)	(100)	-	(192)	(108)	(106)	-	(214)
	16.122	4.852	-	20.974	15.432	4.408	-	19.840
Depósitos Judiciais								
RET (7.2 (e))	2.932	-	-	2.932	-	-	-	-
	2.932	-	-	2.932	-	-	-	-
	1.070.339	105.173	12.332	1.187.844	995.107	88.143	10.758	1.094.008

1.3 Plano de Benefício Definido (BD)

I) Política de Investimentos

Para o ano de 2016 o ALM gerou a seguinte alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3792/2009. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro-alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo. Esta definição está em linha com os itens 54 e 55 do Guia de Melhores Práticas para Investimentos Previc.

ALOCAÇÃO-OBJETIVO X LIMITES DE APLICAÇÃO POR SEGMENTO

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	83,74%	70,00%	100,00%
Renda Variável	70%	5,62%	0,00%	10,00%
Investimentos Estruturados	20%	1,09%	0,00%	5,00%

ALOCAÇÃO-OBJETIVO X LIMITES DE APLICAÇÃO POR SEGMENTO

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite	
			Inferior	Superior
Investimentos no Exterior	10%	0,00%	0,00%	5,00%
Imóveis	8%	8,00%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	1,55%	0,00%	15,00%

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta política de investimento, conforme descrito no item anterior.

II) Alocação dos Recursos e rentabilidade dos investimentos

Investimento do Plano de Benefício Definido BD

2016					
Segmentos de Aplicação	Valor alocado	Limites legais conforme Resolução CMN 3792	Limites definidos na Política de investimentos	Posição Atual	Rentabilidade
Renda Fixa	875.874	100,00%	83,74%	82,06%	13,92%
Renda Variável	60.697	70,00%	5,62%	5,69%	22,76%
Investimentos Estruturados	12.012	20,00%	1,09%	1,13%	20,83%
Investimentos no Exterior	-	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	102.702	8,00%	8,00%	9,62%	*11,77%
Operações com Participantes	16.122	15,00%	1,55%	1,51%	13,95%
Total	1.067.407		100,00%	100,00%	14,27%

* Em 2016 houve reavaliação dos imóveis

Meta do plano (INPC + 4,5%)

Taxa selic

Ibovespa

11,38%

14,02%

38,94%

III) Resultado dos Investimentos

Investimentos	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (R\$ MIL)												2016
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	dez	
Renda Fixa	12.500	12.734	12.158	8.175	10.592	9.715	7.980	9.866	8.016	6.619	6.989	5.174	110.518
Renda Variável	-397	-4.793	3.806	1.546	3.472	3.235	1.765	2.034	131	2.305	-834	-218	12.054
Estruturados	954	-11	682	21	69	-39	77	21	17	387	4	8	2.189
Investimento Imobiliário	457	449	439	455	465	465	465	429	202	458	6.550	216	11.050
Operações c/ Participantes	220	200	297	210	130	159	209	136	140	104	127	81	2.014
RESULTADO BRUTO	13.734	8.580	17.382	10.408	14.728	13.535	10.496	12.486	8.505	9.873	12.836	5.262	137.825
(-) Tributos	0	0	0	0	0	0	-2.932	0	0	0	0	0	-2.932

Investimentos	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (R\$ MIL)												2016
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	dez	
(-) Custeio Adm. Inv.	-319	-210	-220	-190	-231	-196	-200	-208	-227	-212	-216	-207	-2.634
(-) Desp. ñ Operacionais	-14	-19	-17	-17	-17	-17	-23	-16	-16	-17	-17	-26	-213
(-) Atualização RGEM	-8	-9	-6	-12	-7	-10	-9	-7	-9	-6	-8	-10	-103
RESULTADO LÍQUIDO	13.393	8.342	17.139	10.189	14.474	13.312	7.332	12.254	8.254	9.638	12.596	5.019	131.943

IV) Reavaliação de Imóveis

Investimentos imobiliários - Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliação, no mínimo a cada três anos, conforme determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009. Em 2016, a Fundação procedeu à reavaliação da carteira de investimentos imobiliários, através de laudos emitidos pela ENPROL Engenharia e Projetos Ltda., registrada no CREA/CE sob o nº 11.473, através de seu responsável técnico, engenheiro civil José Maria Moreira Lima, registrado no CREA-CE 14.661-D/CE. A reavaliação, datada de 03 de novembro de 2016, apresentou um resultado positivo no valor total de R\$ 6.104, registrado em dezembro de 2016.

Carteira de Imóveis

Imóvel	Cidade	Valor contábil em out/16	Valor avaliado	Resultado
<u>Uso próprio</u>				
Av. Barão de Studart, 2700	Fortaleza	2.643	2.826	183
		2.643	2.826	183
<u>Locados à patrocinadora</u>				
Rua D.Leopoldina, 1518/Pe.Valdevino, 150	Fortaleza	52.099	54.125	2.026
Av. Visconde do Rio Branco, 1905	Fortaleza	9.204	9.415	211
Rua Dr. Pergentino Maia, 620	Fortaleza	6.044	6.300	256
Rua Deputado João Pontes, S/N	Fortaleza	5.330	5.696	366
Av. Perimetral, 245	Canindé	2.088	2.173	85
Rua Barão do Rio Branco, 1447/1453	Fortaleza	1.822	2.032	210

Imóvel	Cidade	Valor contábil em out/16	Valor avaliado	Resultado
Av. Francisco Sá, 3783	Fortaleza	1.518	1.630	112
Rua José Marrocos, 446	Crato	1.061	1.098	37
Rua 15 de Novembro, 489/1351	Caucaia	931	1.015	84
Rua 7 de Setembro, 56	Fortaleza	798	871	73
Av. Visconde do Rio Branco, 1969	Fortaleza	764	827	63
Av. Visconde do Rio Branco, 1957	Fortaleza	-	822	822
Rua Anastácio Braga, 360	Itapipoca	616	669	53
Av. Visconde do Rio Branco, 1983	Fortaleza	603	635	32
Av. Visconde do Rio Branco, 2001	Fortaleza	567	623	56
Rua Carlota Távora, 1940	Icó	562	598	36
Rua 8 de Novembro, 358	Jaguaribe	467	507	40
Av. Visconde do Rio Branco, 1993	Fortaleza	397	444	47
Av. Visconde do Rio Branco, 1987	Fortaleza	338	349	11
Rua João Brigido, 97	Fortaleza	300	333	33
Rua João Brigido, 137	Fortaleza	296	328	32
Rua João Brigido, 83	Fortaleza	293	325	32
Rua João Brigido, 75	Fortaleza	266	296	30
Rua João Brigido, 79	Fortaleza	266	296	30
Av. Visconde do Rio Branco, 1991	Fortaleza	-	288	288
Av. Visconde do Rio Branco, 1979	Fortaleza	-	277	277
Av. Visconde do Rio Branco, 1975	Fortaleza	231	255	24
Rua João Brigido, 59	Fortaleza	177	200	23
Rua João Brigido, 61	Fortaleza	143	172	29
		87.181	92.599	5.418

Imóvel	Cidade	Valor contábil em out/16	Valor avaliado	Resultado
<u>Destinados a venda</u>				
Rua Barão do Rio Branco, 2955	Fortaleza	5.768	6.237	469
Av. Visconde do Rio Branco, 1931	Fortaleza	489	523	34
		6.257	6.760	503
		96.081	102.185	6.104

1.4 Plano de Contribuição Definida (CD)

I) Política de Investimentos

Para o ano de 2016 o ALM gerou a seguinte alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3792/2009. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro-alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo. Esta definição está em linha com os itens 54 e 55 do Guia de Melhores Práticas para Investimentos Previc.

ALOCAÇÃO-OBJETIVO X LIMITES DE APLICAÇÃO POR SEGMENTO

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	83,82%	70%	100%
Renda Variável	70%	7,53%	0%	10%
Investimentos Estruturados	20%	3,50%	0%	5%
Investimentos no Exterior	10%	0,00%	0%	5%
Imóveis	8%	0,00%	0%	8%
Operações com Participantes	15%	5,15%	0%	15%

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta política de investimento, conforme descrito no item anterior.

II) Alocação dos Recursos e Rentabilidade dos Investimentos

Investimento do Plano de Contribuição Definido CD

2016					
Segmentos de Aplicação	Valor alocado	Limites legais conforme Resolução CMN 3792	Limites definidos na Política de investimentos	Posição Atual	Rentabilidade
Renda Fixa	92.012	100,00%	83,82%	87,49%	14,25%
Renda Variável	7.990	70,00%	7,53%	7,60%	25,37%
Investimentos Estruturados	319	20,00%	3,50%	0,30%	33,97%
Operações com Participantes	4.852	15,00%	5,15%	4,61%	15,27%
Total	105.173		100,00%	100,00%	15,32%
Meta do plano (IPCA + 4,5%)					11,07%
Taxa selic					14,02%
Ibovespa					36,70%

III) Resultado dos Investimentos

Investimentos	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (R\$ MIL)												2016
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	dez	
Renda Fixa	1.150	796	1.103	666	824	953	1.249	1.303	1.336	850	255	994	11.479
Renda Variável	-180	173	515	330	-230	348	727	-22	14	682	-586	-141	1.630
Estruturados	37	0	28	0	3	1	0	1	1	16	1	0	88
Operações c/ Participantes	<u>79</u>	<u>84</u>	<u>76</u>	<u>40</u>	<u>58</u>	<u>44</u>	<u>64</u>	<u>41</u>	<u>38</u>	<u>-1</u>	<u>66</u>	<u>39</u>	627
RESULTADO BRUTO	1.086	1.052	1.721	1.036	655	1.346	2.040	1.323	1.389	1.547	-264	893	13.824
(-) Tributos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Custeio Adm. Inv.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Desp. Ñ Operacionais	-2	-4	-3	-3	-3	-3	-3	-3	-4	-3	-3	-4	-40
(-) Atualização RGEM	<u>-2</u>	<u>-2</u>	<u>-1</u>	<u>-2</u>	<u>-1</u>	<u>-1</u>	<u>-2</u>	<u>-3</u>	<u>-2</u>	<u>-2</u>	<u>-2</u>	<u>0</u>	-19
RESULTADO LÍQUIDO	1.082	1.047	1.716	1.030	650	1.342	2.035	1.317	1.384	1.541	-269	889	13.764

1.5 Plano de Gestão Administrativa (PGA)

I) Política de Investimentos

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3792/2009. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro-alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

ALOCAÇÃO-OBJETIVO X LIMITES DE APLICAÇÃO POR SEGMENTO

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	100,00%	70%	100%
Renda Variável	70%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	20%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	8%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	15%	0,00%	0,00%	0,00%

II) Benchmark x Meta Rentabilidade

Segmento	Benchmark	Meta de Rentabilidade
Plano	CDI	14,25%

2 ADMINISTRATIVO

2.1 Despesas Segregadas

Em 2016, as despesas administrativas totalizaram em R\$5.962.901 (considerando R\$301.060 de contingencias), tendo assim cumprido a previsão orçamentária, aprovada pelo Conselho Deliberativo, que representa 0,586% dos Recursos Garantidores dos planos de benefícios R\$1.643,50, per capita dos planos administrados pela Faelce. Comparados com 2015 que totalizaram em R\$ 5.410.378, que representou 0,47% dos Recursos garantidores da entidade e R\$ 1.464,82 per capita.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	PLANO BD	PLANO CD	CONSOLIDADO
ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	2.320.719	245.460	2.566.179
Pessoal e encargos	1.183.635	102.925	1.286.560
Treinamentos, Congressos e Seminários	-	-	-
Viagens e Estadias	38.432	3.175	41.607
Serviços de Terceiros	647.761	39.966	687.727
Despesas Gerais	257.194	21.867	279.061
Tributos	59.231	13.553	72.784
Depreciações e Amortizações	16.119	1.342	17.461
Contingência	118.346	62.633	180.979
ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	2.842.552	222.825	3.065.377
Pessoal e encargos	1.655.672	143.971	1.799.643
Treinamentos, Congressos e Seminários	7.866	684	8.550
Viagens e Estadias	47.393	4.121	51.515
Serviços de Terceiros	685.499	47.298	732.796
Despesas Gerais	259.265	22.127	281.391
Tributos	57.896	3.390	61.287
Depreciações e Amortizações	18.830	1.139	19.968
Contingência	110.131	94	110.225
CUSTEIO FDO ADM DE EMPRÉSTIMO	88.943	26.392	115.335
Pessoal e encargos	48.577	13.701	62.278
Treinamentos, Congressos e Seminários	-	-	-
Viagens e Estadias	-	-	-
Serviços de Terceiros	19.924	5.620	25.544
Despesas Gerais	12.392	4.285	16.677
Tributos	1.117	387	1.505
Depreciações e Amortizações	55	17	72
Contingência	6.877	2.382	9.259
CUSTEIO FDO DE TREINAMENTO	198.497	17.513	216.010
Pessoal e encargos	-	-	-
Treinamentos, Congressos e Seminários	148.650	12.926	161.576
Viagens e Estadias	27.336	2.377	29.713
Serviços de Terceiros	19.335	1.681	21.016
Despesas Gerais	2.189	190	2.379
Tributos	52	45	97
Depreciações e Amortizações	615	18	633
Contingência	321	276	597
TOTAL DESPESAS REALIZADAS	5.450.711	512.191	5.962.901

2.2 Pessoal e Encargos

A referida despesa é segregada por área, totalizada em R\$3.148.482, a qual representa 75,33% da despesa administrativa, 0,24% dos Recursos garantidores dos planos de benefícios, sendo assim distribuídas:

PESSOAL E ENCARGOS	VALOR	%
Dirigentes	1.495.305	47,5%
Pessoal Próprio	1.598.419	50,8%
Conselheiros	44.040	1,4%
Estagiários	10.718	0,3%
TOTAL	3.148.482	100,0%

2.3 Treinamentos, Viagens e Estadas

Em 2016 a FAELCE mantém a política de educação continuada, visando à reciclagem, atualização da certificação e desenvolvimento da sua equipe. Com objetivo de melhor administrar os planos de benefícios geridos por esta entidade, uma integração com o programa de educação financeira e previdenciária, aprovada pela PREVIC, como também a participação de representantes em Comissões Técnicas da ABRAPP. As referidas comissões são compostas de técnicos do segmento, que se reúnem periodicamente, para discutirem assuntos polêmicos e estudos de casos. Os treinamentos e suas respectivas viagens e estadas, considerando que alguns eventos específicos do segmento de previdência complementar, ocorrem em outros estados. As referidas despesas totalizaram em R\$292.961, representando 5,17% da despesa administrativa e 0,025% dos Recursos garantidores dos planos de benefícios e estão distribuídas por publico alvo.

	TREINAMENTOS	VIAGENS	TOTAL	%
Dirigentes	33.773	87.423	121.195	41,4%
Pessoal Próprio	20.268	17.692	37.960	13,0%
Conselheiros	19.190	6.233	25.423	8,7%
Participantes e Assistidos	96.896	790	97.686	33,3%
Outros	-	10.697	10.697	3,7%
TOTAL	170.126	122.834	292.961	100,0%

2.4 Serviços de Terceiros

A despesa com serviços de terceiros refere-se às contratações: de atuário, de sistemas, de conservação e manutenção de bens, assessoria jurídica, auditoria externa, gestão de recursos, entre outros. Até julho monta em R\$ 1.467.084, que representa 25,91% da despesa administrativa, 0,12% dos Recursos garantidores dos planos de benefícios e foram assim distribuídos:

SERVIÇOS DE TERCEIROS	VALOR	%
Consultoria Atuarial	119.044	8,1%
Consultoria Jurídica	268.029	18,3%
Consultoria dos Investimentos	131.109	8,9%
Consultoria	92.725	6,3%
Vigilância e Segurança	203.648	13,9%
Conservação, Manutenção e Limpeza	45.452	3,1%
Serviços de Locomoção	19.504	1,3%
Serviços com Anúncios e Publicações	26.762	1,8%
Aluguel e Manutenção de Equipamento	26.712	1,8%
Avaliação/Reavaliação de Imóveis	45.000	3,1%
Aluguel e Manutenção de Software	309.810	21,1%
Auditoria Contábil/Investimentos	127.929	8,7%
Contingência Infraestrutura de Informática	49.558	3,4%
INSS s/ Serviços de Terceiros	1.337	0,1%
Outras	466	0,0%
TOTAL	1.467.084	100,0%

Anexo I - Demonstrações e Notas Explicativas 2016

Anexo II - Parecer Auditor Independente

Anexo III - Parecer Conselho Fiscal

Anexo IV - Manifestação Conselho Deliberativo

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E

NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstrações Contábeis

**Fundação Coelce de Seguridade Social -
FAELCE**

31 de dezembro de 2016

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Demonstrações contábeis auditadas

Balanço patrimonial	4
Demonstração da mutação do patrimônio social	6
Demonstração das mutações do ativo líquido - Plano BD	7
Demonstração das mutações do ativo líquido - Plano CD	8
Demonstração do ativo líquido - Plano BD	9
Demonstração do ativo líquido - Plano CD	10
Demonstração do plano de gestão administrativa consolidada	11
Demonstração das provisões técnicas - Plano BD	12
Demonstração das provisões técnicas - Plano CD	13
Notas explicativas das demonstrações contábeis	14

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Ativo			
Disponível		274	307
Realizável			
Gestão previdencial	4.1	7.578	5.320
Gestão administrativa	4.2	776	434
		8.354	5.754
Investimentos	4.3		
Fundos de investimento		1.021.247	945.761
Investimentos imobiliários		102.702	96.582
Ações		39.989	31.825
Operações com participantes		20.974	19.840
Outros realizáveis		2.932	-
		1.187.844	1.094.008
Permanente	5		
Imobilizado		75	106
Intangível		18	13
		93	119
Total do ativo		1.196.565	1.100.188

	Notas	2016	2015
Passivo			
Exigível operacional	6		
Gestão previdencial		1.203	1.030
Gestão administrativa		568	557
Investimentos		220	170
		1.991	1.757
Exigível contingencial	7.2		
Gestão previdencial		14.714	13.839
Gestão administrativa		628	327
Investimentos		2.932	-
		18.274	14.166
Patrimônio social	8		
Patrimônio de cobertura do plano			
Provisões matemáticas			
Benefícios concedidos		919.691	864.944
Benefícios a conceder		254.178	242.523
(-) Provisões matemáticas a constituir	10	(26.187)	(31.028)
		1.147.682	1.076.439
Equilíbrio técnico			
Resultados realizados		11.229	(7.009)
Superávit (déficit) técnico acumulado		11.229	(7.009)
		1.158.911	1.069.430
Fundos			
Fundos previdenciais		4.373	3.605
Fundos administrativos		12.011	10.431
Fundos dos Investimentos		1.005	799
		17.389	14.835
		1.176.300	1.084.265
Total do passivo		1.196.565	1.100.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Demonstração da mutação do patrimônio social
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015	Variação %
A) Patrimônio social - início do exercício	1.084.265	1.019.464	6,36%
1. Adições	176.059	143.508	22,68%
(+) Contribuições previdenciais	22.605	22.042	2,55%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	145.705	114.350	27,42%
(+) Receitas administrativas	6.038	5.841	3,37%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	1.505	1.275	18,04%
(+) Constituição de fundos de investimentos	206	-	0%
2. Destinações	(84.024)	(78.707)	6,76%
(-) Benefícios	(77.123)	(69.950)	10,25%
(-) Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	(938)	(3.331)	(71,84%)
(-) Despesas administrativas	(5.662)	(5.142)	10,11%
(-) Constituição líquida de contingências - gestão administrativa	(301)	(269)	11,90%
(-) Reversão de fundos de investimentos	-	(15)	(100,00)%
3. Acréscimo/decréscimo no patrimônio social (1+2)	92.035	64.801	42,03%
(+/-) Provisões matemáticas	71.243	96.906	(26,48)%
(+/-) Superávit (déficit) técnico do exercício	18.238	(34.304)	(153,17)%
(+/-) Fundos previdenciais	768	509	50,88%
(+/-) Fundos administrativos	1.580	1.705	(7,33)%
(+/-) Fundos dos investimentos	206	(15)	(1.473,33)%
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	1.176.300	1.084.265	8,49%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Demonstração das mutações do ativo líquido - Plano BD
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015	Varição %
A) Ativo líquido - início do exercício	983.995	934.130	5,34%
1. Adições	149.691	122.112	22,59%
(+) Contribuições	17.748	16.874	5,18%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	131.943	105.238	25,38%
2. Destinações	(76.851)	(72.247)	6,37%
(-) Benefícios	(73.547)	(66.936)	9,88%
(-) Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	(938)	(3.332)	(71,85%)
(-) Custeio administrativo	(2.366)	(1.979)	19,56%
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	72.840	49.865	46,07%
(+/-) Provisões matemáticas	54.603	84.169	(35,13%)
(+/-) Superávit (déficit) técnico do exercício	18.238	(34.305)	(153,16%)
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	1.056.835	983.995	7,40%
C) Fundos não previdenciais	6.896	6.249	10,35%
(+/-) Fundos administrativos	456	674	(32,34%)
(+/-) Fundos dos investimentos	191	1	19.000,00%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Demonstração das mutações do ativo líquido - Plano CD

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015	Varição %
A) Ativo líquido - início do exercício	89.040	75.794	17,48%
1. Adições	21.857	17.123	27,65%
(+) Contribuições	8.094	8.011	1,04%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	13.763	9.112	51,04%
2. Destinações	(4.448)	(3.877)	14,73%
(-) Benefícios	(3.576)	(3.014)	18,65%
(-) Custeio administrativo	(872)	(863)	1,04%
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	17.409	13.246	31,43%
(+/-) Provisões matemáticas	16.641	12.737	30,65%
(+/-) Fundos previdenciais	768	509	50,88%
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	106.449	89.040	19,55%
C) Fundos não previdenciais	6.120	4.981	22,87%
(+/-) Fundos administrativos	1.124	1.032	8,91%
(+/-) Fundos dos investimentos	15	(16)	(193,75%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Demonstração do ativo líquido - Plano BD
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2016	2015	Variação %
1. Ativos		1.082.616	1.005.177	7,70%
Disponível		261	274	(4,74%)
Recebível		12.016	9.796	22,66%
Investimento	4.3	1.070.339	995.107	7,56%
Fundos de investimento		908.594	851.268	6,73%
Investimentos imobiliários		102.702	96.582	6,34%
Ações		39.989	31.825	25,65%
Operações com participantes		16.122	15.432	4,47%
Depósitos judiciais		2.932	-	
2. Obrigações		18.885	14.934	26,46%
Operacional		1.239	1.095	13,15%
Contingencial		17.646	13.839	27,51%
3. Fundos não previdenciais		6.896	6.249	10,35%
Fundos administrativos		6.029	5.573	8,18%
Fundos dos investimentos		867	676	28,25%
4. Ativo líquido (1-2-3)		1.056.835	983.994	7,40%
Provisões matemáticas		1.045.606	991.003	5,51%
Superávit (déficit) técnico		11.229	(7.009)	(260,21%)
5. Apuração do equilíbrio técnico ajustado				
a) Equilíbrio técnico		11.229	(7.009)	(260,21%)
b) (+/-) Ajuste de precificação	14	150.004	126.733	18,36%
c) (+/-) Equilíbrio técnico ajustado = (a+b)		161.233	119.724	34,67%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Demonstração do ativo líquido - Plano CD
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015	Variação %
1. Ativos		112.753	94.127	19,79%
Disponível		7	29	(75,68%)
Recebível		7.573	5.955	27,17%
Investimento	4.3	105.173	88.144	19,32%
Fundos de investimento		100.321	83.735	19,81%
Operações com participantes		4.852	4.408	10,07%
2. Obrigações		184	106	73,58%
Operacional		184	106	73,58%
3. Fundos não previdenciais		6.120	4.981	22,87%
Fundos administrativos		5.982	4.858	23,14%
Fundos dos investimentos		138	123	12,20%
4. Ativo líquido (1-2-3)		106.449	89.040	19,55%
Provisões matemáticas		102.076	85.435	19,48%
Fundos previdenciais		4.373	3.605	21,30%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Demonstração do plano de gestão administrativa consolidada
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015	Variação %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	10.431	8.726	19,54%
1. Custeio da gestão administrativa	7.543	7.117	5,99%
1.1. Receitas	7.543	7.117	5,99%
Custeio administrativo da gestão previdencial	3.237	2.842	13,90%
Custeio administrativo dos investimentos	2.634	2.457	7,20%
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	151	148	2,03%
Resultado positivo líquido dos investimentos	1.505	1.275	18,04%
Outras receitas	16	395	(95,95%)
2. Despesas administrativas	5.662	5.143	10,09%
2.1. Administração previdencial	2.386	2.233	6,85%
Pessoal e encargos	1.287	1.181	8,98%
Viagens e estadias	42	22	90,91%
Serviços de terceiros	688	693	(0,72%)
Despesas gerais	279	256	8,98%
Depreciações e amortizações	17	23	(26,09%)
Tributos	73	58	25,86%
2.2. Administração dos investimentos	3.276	2.910	12,58%
Pessoal e encargos	1.862	1.582	17,70%
Treinamentos, congressos e seminários	170	201	(15,42%)
Viagens e estadias	81	93	(12,90%)
Serviços de terceiros	779	644	20,96%
Despesas gerais	301	310	(3,23%)
Depreciações e amortizações	21	29	(27,59%)
Tributos	63	51	23,53%
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	301	269	11,90%
4. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	1.580	1.705	(7,33%)
5. Constituição de fundo administrativo (4)	1.580	1.705	(7,33%)
B) Fundo administrativo do exercício atual (A + 5)	12.011	10.431	15,15%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Demonstração das provisões técnicas - Plano BD
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2016	2015	Variação %
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)		1.076.587	999.604	7,70%
1. Provisões matemáticas		1.045.606	991.003	5,51%
1.1. Benefícios concedidos	8	908.170	856.866	5,99%
Benefício definido		908.170	856.866	5,99%
1.2. Benefício a conceder	8	163.623	165.165	(0,93%)
Benefício definido		163.623	165.165	(0,93%)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	8	(26.187)	(31.028)	(15,60%)
(-) Serviço passado		(26.187)	(31.028)	(15,60%)
(-) Patrocinador(es)		(26.187)	(31.028)	(15,60%)
2. Equilíbrio técnico	8	11.229	(7.009)	(260,21%)
2.1. Resultados realizados		11.229	(7.009)	(260,21%)
Superávit técnico acumulado		11.229	(7.009)	(260,21%)
Reserva de contingência		11.229	-	0%
(-) Déficit técnico acumulado		-	(7.009)	(100,00%)
3. Fundos		867	676	28,25%
3.1. Fundos dos investimentos - gestão previdencial		867	676	28,25%
4. Exigível operacional		1.239	1.095	13,15%
4.1. Gestão previdencial		1.148	1.018	12,77%
4.2. Investimentos - gestão previdencial		91	77	18,18%
5. Exigível contingencial		17.646	13.839	27,51%
5.1. Gestão previdencial		14.714	13.839	6,32%
5.2. Investimentos- gestão previdencial		2.932	-	0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Demonstrações das provisões técnicas - Plano CD

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2016	2015	Variação %
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)		106.771	89.269	19,61%
1. Provisões matemáticas		102.076	85.435	19,48%
1.1. Benefícios concedidos	8	11.522	8.078	42,63%
Contribuição definida		11.522	8.078	42,63%
1.2. Benefício a conceder	8	90.554	77.357	17,06%
Contribuição definida		90.554	77.357	17,06%
Saldo de contas - parcela patrocinadores		44.987	38.601	16,54%
Saldo de contas - parcela participantes		45.567	38.756	17,57%
2. Fundos		4.511	3.728	21,00%
2.1. Fundos previdenciais		4.373	3.605	21,20%
2.2. Fundos dos investimentos - gestão previdencial		138	123	12,20%
3. Exigível operacional		184	106	73,58%
3.1. Gestão previdencial		56	12	366,67%
3.2. Investimentos - gestão previdencial		128	94	36,17%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE (“Faelce” ou “Fundação”) administra planos de benefícios patrocinados pela Companhia Energética do Ceará (“Coelce”) e pela própria Faelce, com sede na Av. Barão de Studart, 2700, Dionísio Torres, Fortaleza - CE, Brasil. É uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 2.356, de 19 de dezembro de 1980, do Ministério da Previdência Social.

A Fundação obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, e às Resoluções específicas do Banco Central do Brasil, estando disciplinada pelas Leis Complementares nºs 108 e 109/2001 dentre outras normas.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Fundação tem como finalidade principal, operar planos de benefícios previdenciários. Administra atualmente dois planos de benefícios, um na modalidade de “benefício definido” (plano BD) e o outro na modalidade de “contribuição definida” (plano CD), destinados aos seus participantes, assistidos e respectivos beneficiários, na forma prevista em seus respectivos regulamentos.

A Fundação possuía em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as seguintes quantidades de participantes:

	Quantidade	
	2016	2015
Ativos	1.103	1.164
Aposentados	1.617	1.607
Beneficiários de pensão	725	742
	3.445	3.513

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Planos de benefícios

Os dois planos de benefícios administrados pela Fundação têm como objetivo principal a concessão de benefícios previdenciários.

Plano de benefícios definidos - BD

O plano de benefício definido está inscrito no CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, sob o nº 19800024-11, e prevê em seu regulamento os seguintes benefícios:

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de pensão por morte;
- Complementação de auxílio - reclusão; e
- Complementação de abono anual.

O Plano se encontra fechado para novas adesões, desde 18 de outubro de 2006, possuindo em 31 de dezembro de 2016 um total de 263 participantes ativos (283 em 2015) e 2.269 assistidos (2.299 em 2015).

Plano de contribuições definidas - CD

O plano de contribuição definida está inscrito no CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, sob o nº 20060051-38, e prevê em seu regulamento os seguintes benefícios:

- Benefício de aposentadoria normal;
- Benefício por entrada em invalidez total e permanente;
- Benefício adicional por entrada em invalidez total e permanente;
- Benefício de auxílio-doença;
- Benefício por morte como participante ativo;

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Planos de benefícios--Continuação

Plano de contribuições definidas - CD--Continuação

- Benefício adicional por morte como participante ativo; e
- Benefício por morte de participante assistido.

Em 31 de dezembro de 2016 apresentava 840 participantes ativos (881 em 2015) e 73 assistidos (50 em 2015).

1.2. Recursos disponíveis e gestão das operações

Os recursos de que a Fundação dispõe para cumprir o seu principal objetivo são representados por contribuições de suas patrocinadoras, dos participantes, dos assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer às disposições da Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores.

A Coelce e a Fundação são responsáveis pelo processamento das folhas de pagamentos dos seus respectivos participantes ativos, base para a cobrança das contribuições. A manutenção e segurança do sistema de cadastro de participantes, que fornece os dados para os cálculos atuariais, determinando as provisões matemáticas são de responsabilidade da Fundação.

A estrutura de gestão dos investimentos dos dois planos de benefícios é realizada internamente e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos e por meio de segregação real.

1.2.1. Gestão administrativa

As patrocinadoras e participantes, no plano CD, têm o compromisso estatutário de prover os recursos necessários à administração previdenciária do referido plano de benefícios. Os patrimônios dos planos são administrados de forma segregada.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Recursos disponíveis e gestão das operações--Continuação

1.2.1. Gestão administrativa--Continuação

As despesas necessárias à administração dos planos de benefícios são assim custeadas:

Plano BD

1. Dotação orçamentária repassada pelas patrocinadoras Coelce e Faelce;
2. Repasse orçamentário de parte da rentabilidade dos investimentos;
3. Reversão do Fundo Administrativo de Empréstimos (FAE), constituído com taxa específica cobrada na concessão de empréstimos, com fins estabelecidos em regulamento próprio; e
4. Reversão dos Fundos Administrativos Previdenciais e Investimentos, constituídos com a sobra de recursos do custeio administrativos com a finalidade de cobrir despesas futuras, quando necessário.

Plano CD

1. Destinação parcial de contribuição dos participantes e patrocinadores;
2. Reversão do Fundo Administrativo de Empréstimos (FAE), constituído com taxa específica cobrada na concessão de empréstimos, com fins estabelecidos em regulamento próprio; e
3. Reversão dos Fundos Administrativos Previdenciais e Investimentos, constituídos com a sobra de recursos do custeio administrativo com a finalidade de cobrir despesas futuras, quando necessário.

O critério de rateio das despesas administrativas está definido no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), sendo assim distribuído:

- As despesas específicas dos programas são custeadas 100% pelo programa de origem;
- As despesas com treinamento são custeadas pelos programas administrativos de investimento e previdencial, e pelo fundo administrativo de treinamento, conforme definido em regulamento;

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Recursos disponíveis e gestão das operações--Continuação

1.2.1. Gestão Administrativa--Continuação

- As despesas administrativas inerentes à carteira de empréstimos são custeadas pelo fundo administrativo de empréstimos, conforme definido em regulamento;
- As despesas comuns às gestões administrativas previdencial e investimento são rateadas na razão de 50% por gestão; e
- O critério de rateio entre planos para o programa administrativo previdencial e de investimento foi definido em função do patrimônio de cada plano.

1.2.2. Divulgação de Informações

A Resolução CGPC nº 23/2006 dispõe sobre os procedimentos a serem observados na divulgação de informações aos participantes e assistidos dos planos de benefícios. A disponibilização do Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, previsto no artigo 3º, e as outras informações cuja divulgação esteja prevista em lei, atos normativos, estatutos das entidades e regulamentos dos planos de benefícios, ou determinadas pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Conforme estabelece o artigo 6º da referida Resolução, o Relatório Anual e demais informações poderão, por solicitação dos participantes ou assistidos, ser disponibilizadas e entregues através de meio eletrônico. A Recomendação CGPC nº 01/2008 em seu parágrafo único, artigo 4º, consta que a entidade que comprovar a efetividade e abrangência de ações de educação previdenciária, poderá ser dispensada de encaminhar, em meio expresso, o relatório anual de informações, previstos nos artigos 3º e 4º da Resolução CGPC nº 23/2006, supracitada. A Faelce apresentou à PREVIC, no mês de outubro de 2012, um Programa de Educação Financeira e Previdenciária, aprovado através do ofício nº 582/2013, CGAC/DIACE/PREVIC. A Instrução Previc nº 13/2014, publicada em novembro, simplifica a divulgação das informações aos participantes e assistidos e ratifica a dispensa de encaminhar, por meio impresso, exceto quando expressamente solicitado pelos interessados.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 e as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do Resultado Abrangente. A estrutura da planificação contábil das Entidades Fechadas de Previdência Complementar ("EFPC") reflete o ciclo operacional de longo prazo das atividades, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e fluxo de investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A fim de atender à Instrução MPS/SPC nº 34/2009, a Fundação apresenta mensalmente, balancetes por plano de benefícios e o administrativo, além do consolidado, segregando os registros contábeis por plano e por patrocinador, segundo a natureza e o custeio. Assim sendo, as demonstrações contábeis são apresentadas neste relatório de forma consolidada e, quando necessário, são segregadas por plano de benefícios, objetivando maior transparência na real visualização da situação patrimonial e de resultado dos planos de benefícios.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e alterações posteriores, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada);
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL;
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios (facultativo).

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Entidade estão resumidas a seguir:

a) Apurac o do resultado

O resultado é apurado em observância ao princípio de competência, exceto as rendas/variações positivas de dividendos e juros sobre capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações que são reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficar ex-dividendo.

As contribuições dos autopatrocinados do plano CD são registradas, por ocasião do recebimento, conforme prazo previsto nos regulamentos dos planos de benefícios.

b) Realizável

b.1) *Gestão previdencial*

O realizável previdencial é reconhecido em conformidade com o regime de competência, estando representados pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Realizável--Continuação

b.2) *Gestão administrativa*

O realizável administrativo é reconhecido em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

b.3) *Investimentos*

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC/MPAS nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução do CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem, a partir de 2002, proceder à avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do Programa de Investimentos - realizável segundo as duas categorias a seguir:

- (i) Títulos para negociação - registrar os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - registrar os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos devem ser classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais serão avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável, tendo como contrapartida o resultado do período.

A metodologia aplicada para a mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pelo administrador da carteira de recursos, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsa de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base mais próxima do balanço.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas com base nos seus respectivos valores divulgados, reconhecendo-se contabilmente no resultado do exercício a variação verificada.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Realizável--Continuação

b.4) *Operações com participantes*

Os empréstimos estão demonstrados pelos valores originais das concessões (por meio de instrumento particular), atualizados mensalmente conforme parâmetros definidos nos Regulamentos de Empréstimos dos planos de benefícios, respeitando o regime da competência.

A provisão para perdas prováveis no recebimento das parcelas de empréstimos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, conforme estabelece o Item 11, Anexo "A" da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

b.5) *Depósitos judiciais/recursais*

Registram os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências dos investimentos.

c) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo "A" da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias; e
- 100% para atrasos superiores a 360 dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Exigível operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representado pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais e sociais.

e) Exigível contingencial

A Fundação é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A classificação da probabilidade de perda é efetuada levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. Os processos estão classificados entre Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e de Investimentos, de acordo com a sua natureza.

As estimativas dos desembolsos futuros para os processos de natureza previdenciária são efetuados, por objeto, considerando os impactos financeiros e atuariais. Para os processos em fase de execução é utilizado o valor caucionado no respectivo processo.

As provisões são constituídas para os processos que representam perda provável, de acordo com o parecer dos assessores jurídicos. Nos processos em que o risco de perda é classificado como possível ocorre apenas a evidenciação em nota explicativa. Quando a probabilidade de perda é remota, não há tratamento nas demonstrações contábeis. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

- Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer;
- Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota; e
- Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Patrimônio social

Provisões matemáticas e fundos da gestão previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários contratados pela Faelce e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

Equilíbrio técnico

Representa o resultado acumulado, apurado ao longo do tempo, relativo ao plano de benefício definido; e

Fundos previdenciais

Fundo Coletivo de Benefícios de Risco - fundo exclusivo do plano CD, constituído através das contribuições realizadas pelos Participantes Ativos Normais e pelos Patrocinadores, incluindo as realizadas por Participantes na condição de Autopatrocinados e pelos Participantes Ativos Singulares. Tem o objetivo de cobrir os eventos de morte e invalidez, bem como o auxílio-doença nos termos previstos no regulamento do plano; e

Fundo patronal não comprometido - constituído com parte das contribuições das patrocinadoras, não devidas aos participantes, no ato do resgate, a ser utilizado por participantes e patrocinadoras, para custear as despesas administrativas do plano, conforme aprovado pelo conselho deliberativo da Fundação.

Fundos administrativos

Os fundos administrativos previdenciais destinam-se à cobertura de insuficiência de custeio administrativo, sendo que no plano BD é constituído pela diferença dos recursos de contribuição específica das patrocinadoras e das despesas administrativas previdenciais, e no plano CD, pela taxa de carregamento.

Os fundos administrativos permanentes constituídos através dos recursos orçamentários quando da aquisição do bem destinam-se à cobertura da reversão da aplicação em permanente para fazer face à depreciação reconhecida mensalmente.

Os fundos administrativos dos investimentos destinam-se à cobertura de insuficiência do custeio administrativo, constituídos pela diferença do custeio administrativo do investimento e das despesas inerentes ao programa.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Patrimônio social--Continuação

Fundos administrativos--Continuação

Os fundos administrativos de empréstimos destinam-se ao custeio de despesas incorridas com a administração inerentes à carteira de empréstimos, constituídos com taxa pactuada em contrato celebrado com seus participantes e assistidos no ato da concessão.

Os fundos administrativos de treinamento destinam-se ao desenvolvimento, capacitação e treinamento dos empregados, conselheiros e dirigentes, e são constituídos com recursos do fundo administrativo previdencial, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo.

g) Estimativas atuariais e contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2016 e 2015, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados e avaliadas pela Administração.

h) Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 (alterada pela Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013), e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio compartilhado com os planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Faelce são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Operações administrativas--Continuação

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza o seguinte critério:

- Receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou;
- Despesas comuns: utilização de critério de rateio que leva em consideração o estudo realizado pela Diretoria Executiva da Entidade, e aprovado pelo Conselho Deliberativo quando da aprovação do Orçamento Geral de cada exercício. O rateio leva em consideração a complexidade operacional na administração de cada plano de benefícios e é com base nesta apuração que se define o percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), aprovado pelo Conselho Deliberativo da Faelce, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

i) Ajuste de precificação e da apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado corresponde ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente, conforme disposto na Instrução Normativa PREVIC nº 19, de 4 de fevereiro de 2015.

O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I - estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;
- II - tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Ajuste de precificação e da apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado--Continuação

III - o valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;

IV - o valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;

V - a duração do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e

VI - esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

Foram utilizados os títulos NTN-B mantidos até o vencimento que fazem parte da carteira do plano BD. Ressalta-se que os ajustes de precificação não são objeto de registro contábil.

4. Realizável

4.1. Gestão previdencial

	2016	2015
Contribuições do mês (a)		
Patrocinadora		
Benefício definido	1.890	1.396
Contribuição definida	790	547
	2.680	1.943
Participantes		
Benefício definido	389	258
Contribuição definida	801	550
	1.190	808
Autofinanciados	2	6
Contribuições em atraso	-	-
Recursos a receber	3.872	2.757
Restituição de contribuição	1.258	1.246
Revisão de benefício	2.441	1.302
Depósitos judiciais - previdencial (b)	3.699	2.548
Outros realizáveis	7	15
	7.578	5.320

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.1. Gestão previdencial--Continuação

- (a) As contribuições para os planos de benefícios das patrocinadoras e as retidas dos participantes na folha do mês são reconhecidas pelo regime de competência e recebidas no início do mês subsequente.
- (b) Depósitos judiciais/recursais relativos às provisões contingenciais, relativos a depósitos e bloqueios judiciais, de demandas do plano de benefício definido.

4.2. Gestão administrativa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal e encargos (a)	14	33
Despesas gerais (b)	31	6
Depósitos judiciais/recursais (c)	602	304
Despesas futuras	<u>647</u>	<u>343</u>
Custeio administrativo		
Benefício definido	10	10
Contribuição definida	119	81
Contribuição para custeio - previdencial	<u>129</u>	<u>91</u>
	<u><u>776</u></u>	<u><u>434</u></u>

- (a) Nas rubricas de pessoal e encargos são registrados os adiantamentos de férias, 13º salário e ajuda de custo para viagens de empregados e dirigentes.
- (b) Em despesas gerais são registrados os adiantamentos de ajuda de custo a conselheiros, seguros a vencer e IPTU da sede pago à vista e adiantamento a fornecedores.
- (c) Os bloqueios e depósitos judiciais inerentes às demandas judiciais, para as quais existem provisões de contingências judiciais, estão devidamente segregados por segmento.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, era a seguinte a composição dos investimentos em garantia das provisões matemáticas, com base na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, estruturada por emissor e segregada por plano:

	2016				2015			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Consolidado	Plano BD	Plano CD	PGA	Consolidado
Créditos privados e depósitos (a)								
Instituições financeiras								
Custo atualizado	1.088	-	-	1.088	1.088	-	-	1.088
(-) Provisão para perdas	(1.088)	-	-	(1.008)	(1.088)	-	-	(1.088)
	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações								
Patrocinadora - Coelce	39.989	-	-	39.989	31.825	-	-	31.825
	39.989	-	-	39.989	31.825	-	-	31.825
Fundos de investimentos								
Renda fixa (b)	875.874	92.012	12.332	980.218	817.680	76.980	10.758	905.418
Ações (c)	20.708	7.990	-	28.698	22.086	6.457	-	28.543
Participações (d)	12.012	319	-	12.331	11.502	298	-	11.800
	908.594	100.321	12.332	1.021.247	851.268	83.735	10.758	945.761
Investimentos imobiliários (e)								
Edificações para uso próprio	2.843	-	-	2.843	2.643	-	-	2.643
Edificações locadas à patrocinadora	93.099	-	-	93.099	87.182	-	-	87.182
Outros investimentos imobiliários	6.760	-	-	6.760	6.757	-	-	6.257
	102.702	-	-	102.702	96.582	-	-	96.582
Operações com participantes (f)								
Empréstimos	16.214	4.952	-	21.166	15.540	4.514	-	20.054
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(92)	(100)	-	(192)	(108)	(106)	-	(214)
	16.122	4.852	-	20.974	15.432	4.408	-	19.840
Depósitos Judiciais								
RET (7.2 (e))	2.932	-	-	2.932	-	-	-	-
	2.932	-	-	2.932	-	-	-	-
	1.070.339	105.173	12.332	1.187.844	995.107	88.143	10.758	1.094.008

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

a) Créditos privados e depósitos

Os créditos privados e depósitos são debêntures adquiridas do CREFISUL, cuja falência foi decretada e continua com interventor; por esse motivo os títulos foram totalmente provisionados.

b) Títulos de renda fixa

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4/2002, a Entidade classificou toda a sua carteira de títulos e valores mobiliários, com exceção de um depósito a prazo com garantia especial e Notas do Tesouro Nacional - NTN - B, amplo do fundo exclusivo Jeri, na categoria "Títulos para Negociação", com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

Apresentamos na tabela a seguir a abertura do saldo de investimento em quotas de fundos de investimento em renda fixa:

Instituição financeira	Fundo de investimento	2016			2015		
		Plano BD	Plano CD	PGA	Plano BD	Plano CD	PGA
Itaú	Quixaba	68.792	-	-	54.765	-	-
Sul América	Jeri	804.487	-	-	758.171	-	-
Itaú	Bitupitá	-	91.493	-	-	76.031	-
BTG Pactual	Emissões Primárias	2.595	519	-	4.744	949	-
Banco do Brasil	BB Institucional FI Renda Fixa	-	-	6.909	-	-	6.228
Banco do Brasil	BB Institucional Federal	-	-	201	-	-	177
Itaú	Itaú Active Fix	-	-	5.222	-	-	4.353
		875.874	92.012	12.332	817.680	76.980	10.758

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

b) Títulos de renda fixa--Continuação

Os fundos de investimentos Bitupitá, Jeri e Quixaba são fundos exclusivos da Faelce, a qual detém 100% das quotas desses fundos. Dessa forma, apresentamos abaixo o detalhamento da carteira desses fundos:

Fundo de investimentos Bitupitá	Categoria do título adotada pelo fundo investido	Valor de mercado	Valor de custo	2016	Faixas de vencimento	2015
				Valor contábil		Valor contábil
Debêntures						
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.	Para negociação (a mercado)	1.216	1.007	1.216	15/06/2028	1.174
Santo Antonio Energia S.A.	Para negociação (a mercado)	3.559	3.270	3.559	15/04/2024	3.220
Centrais Elétricas do Pará S.A.	Para negociação (a mercado)	771	770	771	15/12/2019	-
Companhia Energética de Pernambuco	Para negociação (a mercado)	-	-	-	20/04/2017	927
Diagnósticos da América S.A.	Para negociação (a mercado)	60	60	60	19/12/2021	684
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	Para negociação (a mercado)	526	1.000	526	15/03/2017	989
Triunfo Participações e Investimentos S.A. Energisa S.A.	Para negociação (a mercado)	-	-	-	15/04/2020	2.351
Battistella Administração e Participações S.A.	Para negociação (a mercado)	2.853	1.904	2.853	15/07/2019	2.575
Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.	Para negociação (a mercado)	-	-	-	15/04/2020	1.881
Algar Multimídia S.A.	Para negociação (a mercado)	1.174	1.007	1.174	20/05/2021	1.098
Alupar Investimentos S.A.	Para negociação (a mercado)	113	112	113	15/09/2019	-
BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	Para negociação (a mercado)	138	136	138	03/02/2018	-
Localiza Rent a Car S.A.	Para negociação (a mercado)	2.687	2.671	2.687	01/12/2019	-
Lojas Americanas S.A.	Para negociação (a mercado)	171	170	171	12/01/2022	-
NCF Participações S.A.	Para negociação (a mercado)	539	531	539	21/11/2019	-
TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.	Para negociação (a mercado)	1.966	1.966	1.966	23/12/2020	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	Para negociação (a mercado)	222	216	222	15/10/2019	-
Valid Soluções e Ser. de Seg. em Meios de Pag. e Identificação S.A.	Para negociação (a mercado)	3.703	4.685	3.703	15/04/2020	-
CDB Pós - Banco ABC	Para negociação (a mercado)	351	349	351	23/06/2019	-
CDB Pós - Bank of America Merrill Lynch	Para negociação (a mercado)	415	408	415	09/02/2018	-
Letras Financeiras - Banco ABC	Para negociação (a mercado)	1.241	1.193	1.241	17/09/2018	-
Letras Financeiras - Daycoval	Para negociação (a mercado)	411	400	411	01/11/2018	-
Letras Financeiras - ParanáBanco	Para negociação (a mercado)	1.239	1.200	1.239	2019	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Para negociação (a mercado)	539	500	539	17/07/2018	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Para negociação (a mercado)	45.961	42.596	45.961	2017 a 2021	24.139
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Over	Para negociação (a mercado)	-	-	-	2016	15.566
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	Para negociação (a mercado)	-	-	-	15/05/2013	14.003
Outros ativos	Para negociação (a mercado)	21.657	20.867	21.657	2017 a 2050	7.434
Passivo exigível		-	-	9		8
		-	-	(28)		(17)
		91.512	87.018	91.493		76.031

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

b) Títulos de renda fixa--Continuação

Fundo de investimentos Jeri	Categoria do título adotada pelo fundo investido	Valor de mercado	Valor de custo	2016	Faixas de vencimento	2015
				Valor contábil		Valor contábil
Debêntures						
Contax Participações S.A.	Para negociação (a mercado)	6.258	7.721	6.258	15/12/2021	4.378
Elektro Eletricidade e Servicos S.A.	Para negociação (a mercado)	1.190	951	1.190	12/09/2022	1.059
CEMIG Distribuição S.A	Para negociação (a mercado)	5.842	5.706	5.842	15/02/2025	5.819
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	Para negociação (a mercado)	5.382	4.500	5.382	15/02/2019	5.051
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Para negociação (a mercado)	3.891	3.306	3.891	15/10/2019	3.483
Letras Financeiras LF - Banco do Brasil	Para negociação (a mercado)	9.650	5.700	9.650	04/04/2018	8.278
Letras do Tesouro Nacional - LTN Over	Para negociação (a mercado)	13.498	13.491	13.498	01/04/2018	16.408
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Para negociação (a mercado)	34.565	27.672	34.565	2020 a 2021	30.360
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	Mantido até o vencimento (custo)	715.174	445.255	715.174	2020 a 2050	669.492
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	Para negociação (a mercado)	9.113	8.028	9.113	15/05/2019	13.911
Outros ativos		-	-	5		7
Passivo exigível		-	-	(81)		(75)
		804.563	522.330	804.487		758.171

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

b) Títulos de renda fixa--Continuação

Fundo de investimentos Quixaba	Categoria do título adotada pelo fundo investido	Valor de mercado	Valor de custo	2016	Faixas de vencimento	2015
				Valor contábil		Valor contábil
Debêntures						
Elektro Eletricidade e Servicos S.A.	Para negociação (a mercado)	259	500	259	12/09/2017	521
Tegma Gestão Logística S.A.	Para negociação (a mercado)	102	100	102	15/02/2019	1.016
Letras Financeiras LF - Bradesco	Para negociação (a mercado)	6.286	5.432	6.286	2018 a 2019	3.925
Letras Financeiras LF - Santander	Para negociação (a mercado)	5.096	4.417	5.096	2017 a 2018	4.405
Letras Financeiras LF - Banco do Brasil	Para negociação (a mercado)	4.413	4.373	4.413	15/01/2019	-
Letras Financeiras LF - CEF	Para negociação (a mercado)	3.948	3.900	3.948	29/11/2018	-
Letras Financeiras LF - Banco RCI Brasil	Para negociação (a mercado)	1.522	1.500	1.522	2018 a 2019	-
Letras Financeiras LF - Votorantim	Para negociação (a mercado)	689	600	689	11/01/2018	-
Letras Financeiras LF - Banco GMAC	Para negociação (a mercado)	602	600	602	27/12/2018	-
Letras Financeiras LF - Daycoval	Para negociação (a mercado)	313	300	313	17/09/2018	-
Letras Financeiras LF - Banco ABC	Para negociação (a mercado)	306	300	306	12/11/2018	-
Letras Financeiras LF - Banco Mercedes-Benz	Para negociação (a mercado)	233	200	233	30/12/2017	201
CDB Pós - Banco ABC	Para negociação (a mercado)	57	55	57	2017 a 2018	-
CDB Pós - Daycoval	Para negociação (a mercado)	126	118	126	14/07/2017	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Para negociação (a mercado)	3.998	3.018	3.998	01/01/2017	23.944
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Para negociação (a mercado)	39.134	36.679	39.134	2017 a 2019	20.770
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	Para negociação (a mercado)	1.729	1.724	1.729	2021 a 2050	-
Outros ativos		-	-	7		8
Passivo exigível		-	-	(28)		(25)
		68.813	63.816	68.792		54.765

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

c) Fundo de investimentos em ações

Fundo de investimento	2016		2015	
	Plano BD	Plano CD	Plano BD	Plano CD
BNY Mellon Ennesa	7.551	-	8.309	-
Sulamérica Expertise	13.157	509	13.777	532
Ibiúna Equities	-	1.324	-	1.115
JGP Explorer	-	1.697	-	1.296
Plural Capital	-	1.283	-	1.223
Vinci Gas	-	1.180	-	943
XP Investor	-	1.997	-	1.348
	20.708	7.990	22.086	6.457

d) Fundos de investimentos em participações

Fundo de investimento	2016		2015	
	Plano BD	Plano CD	Plano BD	Plano CD
Itaú Kinea II	7.979	319	7.462	298
Rio Bravo Energia I	4.033	-	4.040	-
	12.012	319	11.502	298

e) Investimentos imobiliários

A carteira imobiliária está distribuída como segue:

	2016	2015
Imóveis de uso próprio	2.826	2.643
Locados à patrocinadora na capital do Estado	86.541	81.457
Locados à patrocinadora no interior do Estado	6.059	5.725
Destinados à venda	6.760	6.256
Valores a recuperar, receber e adiantamentos	7	7
Aluguéis a receber	512	498
Provisão para crédito liquidação duvidosa	(4)	(4)
	102.702	96.582

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

e) Investimentos imobiliários--Continuação

A carteira imobiliária do Plano BD foi reavaliada neste exercício, tendo um efeito positivo, no montante de R\$6.104, registrado no resultado do exercício.

Imóvel	Cidade	Valor contábil em out/16	Valor avaliado	Resultado
<u>Uso próprio</u>				
Av. Barão de Studart, 2700	Fortaleza	2.643	2.826	183
		2.643	2.826	183
<u>Locados à patrocinadora</u>				
Rua D.Leopoldina, 1518/Pe.Valdevino, 150	Fortaleza	52.099	54.125	2.026
Av. Visconde do Rio Branco, 1905	Fortaleza	9.204	9.415	211
Rua Dr. Pergentino Maia, 620	Fortaleza	6.044	6.300	256
Rua Deputado João Pontes, S/N	Fortaleza	5.330	5.696	366
Av. Perimetral, 245	Canindé	2.088	2.173	85
Rua Barão do Rio Branco, 1447/1453	Fortaleza	1.822	2.032	210
Av. Francisco Sá, 3783	Fortaleza	1.518	1.630	112
Rua José Marrocos, 446	Crato	1.061	1.098	37
Rua 15 de Novembro, 489/1351	Caucaia	931	1.015	84
Rua 7 de Setembro, 56	Fortaleza	798	871	73
Av. Visconde do Rio Branco, 1969	Fortaleza	764	827	63
Av. Visconde do Rio Branco, 1957	Fortaleza	-	822	822
Rua Anastácio Braga, 360	Itapipoca	616	669	53
Av. Visconde do Rio Branco, 1983	Fortaleza	603	635	32
Av. Visconde do Rio Branco, 2001	Fortaleza	567	623	56
Rua Carlota Távora, 1940	Icó	562	598	36
Rua 8 de Novembro, 358	Jaguaripe	467	507	40
Av. Visconde do Rio Branco, 1993	Fortaleza	397	444	47
Av. Visconde do Rio Branco, 1987	Fortaleza	338	349	11
Rua João Brigido, 97	Fortaleza	300	333	33
Rua João Brigido, 137	Fortaleza	296	328	32
Rua João Brigido, 83	Fortaleza	293	325	32
Rua João Brigido, 75	Fortaleza	266	296	30
Rua João Brigido, 79	Fortaleza	266	296	30
Av. Visconde do Rio Branco, 1991	Fortaleza	-	288	288
Av. Visconde do Rio Branco, 1979	Fortaleza	-	277	277
Av. Visconde do Rio Branco, 1975	Fortaleza	231	255	24
Rua João Brigido, 59	Fortaleza	177	200	23
Rua João Brigido, 61	Fortaleza	143	172	29
		87.181	92.599	5.418
<u>Destinados a venda</u>				
Rua Barão do Rio Branco, 2955	Fortaleza	5.768	6.237	469
Av. Visconde do Rio Branco, 1931	Fortaleza	489	523	34
		6.257	6.760	503
		96.081	102.185	6.104

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

e) Investimentos imobiliários--Continuação

Estão demonstrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado baseados em reavaliações efetuadas no exercício. A entidade está dispensada de registrar a depreciação a partir de novembro de 2016, considerando que foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, o critério de reavaliação anual, conforme Ata 314 de novembro de 2016, previsto na Instrução PREVIC nº 15/2014.

Em 2016, a Fundação procedeu à reavaliação da carteira de investimentos imobiliários, através de laudos emitidos pela ENPROL Engenharia e Projetos Ltda., registrada no CREA/CE sob nº 11.743, através de seu responsável técnico, engenheiro civil José Maria Moreira Lima, registrado no CREA-CE 3.878-D/CE. A reavaliação, datada de 3 de novembro de 2016, apresentou um resultado positivo no valor total de R\$6.104, registrado em novembro de 2016.

Atualmente a carteira de investimentos imobiliários do Plano BD encontra-se desenquadrada, com percentual de alocação de aproximadamente 10%. O limite estabelecido pela Resolução CMN nº 3.792/2009 é de 8%.

A inobservância do limite fixado ocorreu de forma passiva, tendo sido impactado pela valorização dos ativos tratados como investimentos imobiliários do Plano BD, refletida nos saldos contábeis por conta do processo de reavaliação em decorrência da valorização e do crescimento do mercado imobiliário ocorrido nos últimos anos.

De acordo com o artigo 52 da própria Resolução CMN nº 3.792/2009, quando o desenquadramento ocorre de forma passiva e decorrente da reavaliação de imóveis, não é considerado como uma infringência ao limite estabelecido. Por outro lado, o próprio artigo 52 da Resolução CMN nº 3.792/2009 determina que o excesso, sempre que verificado, deve ser eliminado no prazo de 720 dias. Até que o excesso seja eliminado, a Fundação se encontra impedida de efetuar novos investimentos imobiliários que possam agravar o excesso verificado, o que está sendo observado pela Administração.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Realizável--Continuação

4.3. Investimentos--Continuação

e) Investimentos imobiliários--Continuação

Para voltar ao patamar legal de 8%, o Conselho Deliberativo da Fundação em sua 315ª reunião ordinária realizada no dia 16 de dezembro de 2016 aprovou o plano de reenquadramento de imóveis que está em fase de execução e que prever a venda de algumas unidades imobiliárias.

f) Operações com participantes

Os empréstimos a participantes são acrescidos de juros, pelo regime de competência e variam de acordo com Plano, obedecendo aos parâmetros definidos nos Regulamentos de Empréstimos dos planos de benefícios.

5. Ativo permanente

O imobilizado registra os bens, móveis e imóveis, que são utilizados na administração e em gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados. O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição e considera a depreciação de acordo com a vida útil estimada dos bens, sendo 10% a.a. para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos; 25% a.a. para refrigeradores de ar; 20% a.a. para computadores e periféricos. Os bens móveis e imóveis não estão com valores excedentes aos seus valores de recuperação, não havendo, portanto, necessidade de ajuste de recuperação, conforme estabelecido no CPC 01. A Fundação procedeu ao inventário dos bens patrimoniais em atendimento à exigência legal.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Exigível operacional

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Gestão previdencial</u>		
Benefícios a pagar		
Benefícios definidos	222	216
Contribuição definida	1	2
	<u>223</u>	<u>218</u>
Retenções a recolher		
Benefícios definido	688	561
Contribuição definida	56	11
	<u>743</u>	<u>572</u>
Recursos futuros		
Benefícios definidos	237	240
	<u>237</u>	<u>240</u>
	<u>1.203</u>	<u>1.030</u>
<u>Gestão administrativa</u>		
Pessoal e encargos	296	323
Treinamentos/congressos	4	2
Serviços de terceiros	82	77
Despesas gerais	43	46
Retenções a recolher	136	103
Tributos a recolher	4	4
Outras exigibilidades	3	2
	<u>568</u>	<u>557</u>
<u>Gestão de investimentos</u>		
Operações com participantes		
Benefícios definidos	8	24
Contribuição definida	5	8
	<u>13</u>	<u>32</u>
Outras exigibilidades		
Benefícios definidos	10	9
Contribuição definida	119	82
	<u>129</u>	<u>91</u>
Investimentos imobiliários	63	36
	<u>63</u>	<u>36</u>
Relacionados com disponível		
Benefícios definidos	11	7
Contribuição definida	4	4
	<u>15</u>	<u>11</u>
	<u>220</u>	<u>170</u>
	<u>1.991</u>	<u>1.757</u>

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contingencial

7.1. Ativo contingencial

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências são efetuados de acordo com a CPC 25, a qual se pronuncia pelo não reconhecimento do ativo contingente se houver incerteza na sua realização e desconhecimento do valor do crédito da ação. No entanto, registramos as seguintes notas sobre ações ajuizadas na Justiça Federal:

Ação judicial coletiva sobre expurgos inflacionários incidentes sobre as obrigações do FND

Em 1986, por meio do Decreto-Lei nº 2.228, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cuja constituição contou com a participação obrigatória das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), patrocinadas pelo setor público, incluindo a Faelce, em que tiveram que aplicar o equivalente a 30% de suas reservas técnicas (denominadas atualmente provisões matemáticas) nas “obrigações” desse Fundo. A publicação do Decreto-Lei nº 2.383/87 e emissão da Circular do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), alterando, dentre outros aspectos, o indexador de atualização monetária dos valores investidos, acarretou prejuízo para os aplicadores. A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), após aprovação em Assembleia, ingressou com ação em 1991 contra União Federal, o BNDES e o FND em favor das suas associadas. Em 29 de novembro de 2010, o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça em favor das EFPCs e encontra-se em fase de execução.

A ABRAPP ingressou com Embargos de Declaração, no qual foi negado em novembro de 2014. Por esse motivo a associação entrou com um Recurso Especial para que seja declarada a nulidade do acordão ou conhecido o recurso. Em 26 de novembro de 2015 a ABRAPP ingressou com ação de liquidação por artigos de título judicial, distribuída em 10 litisconsortes para atender ao entendimento da 7ª turma especializada do TRF - 2ª região, tendo sido a Faelce alocada no Grupo 3. Em março de 2016, foi publicado despacho intimando a ABRAPP para emendar a inicial, indicando nesta demanda somente uma entidade a ser substituída; A ABRAPP interpõe agravo de instrumento ainda em março e o Juiz manteve a decisão agravada e suspendeu o curso do processo até o julgamento definitivo do agravo interposto.

Nesse contexto e em virtude de que o registro da receita, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda das confirmações e ajustes nos valores apurados, mediante manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, a Faelce não efetuou até o momento qualquer registro contábil dos efeitos financeiros em suas demonstrações contábeis. O crédito a que faz jus será revertido para os planos de benefícios, segundo critério a ser definido *a posteriori*.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contingencial--Continuação

7.2. Passivo contingencial

A Fundação, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais de natureza cível e tributária. A Fundação, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente pela sua Administração para cobrir perdas prováveis nesses processos. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, essas provisões são apresentadas da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Previdencial		
Restituição de contribuição (a)	5.133	4.863
Revisão de benefício (b)	4.075	4.131
Expurgo de 1990 (c)	5.506	4.845
	<u>14.713</u>	<u>13.839</u>
Administrativo		
PIS/COFINS (d)	629	327
Investimentos	2.932	-
RET (e)	2.932	-
	<u>18.274</u>	<u>14.166</u>

a) Restituição de contribuição

Em 31 de dezembro de 2016 existe 92 (93 em 2015) ações em que os ex-participantes reclamam diferença de reserva de poupança, que montam em R\$5.133 (R\$4.863 em 2015) e estão classificadas como prováveis e parcialmente depositadas judicialmente, no montante de R\$1.258(R\$ 1.246 em 2015).

b) Revisão de benefício

Em 31 de dezembro de 2016, existem 476 ações judiciais interpostas por participantes, ex-participantes e assistidos (491 em 2015). As referidas ações têm reclamações diversas, sendo: 42 ações que reclamam o IRSM (Índice de Reajuste do Salário Mínimo), tendo sido realizados acordos na maioria delas, restando algumas em trâmite por decisão do Conselho Deliberativo da Faelce visando à tentativa de reconhecimento da prescrição do fundo de direito. O impacto financeiro dessas causas é de R\$1.987 e o impacto atuarial de R\$598 (R\$1.747 e R\$680, respectivamente, em 2015) e estão classificadas como prováveis e, conseqüentemente, provisionadas. Encontram-se parcialmente depositadas judicialmente, no montante de R\$465 (R\$808, 2015), classificado no ativo, além de bloqueio judicial em contas correntes no valor R\$5, os quais aguardam autorização judicial para a substituição da garantia.

Existem também 26 (26 em 2015) processos questionando o cálculo da aposentadoria especial, ainda sem nenhuma decisão prolatada. Esses processos se encontram em diversos estágios de julgamentos. Conforme pareceres jurídicos, 22 (22 em 2015) processos estão classificados com perda remota, tendo as referidas ações um impacto financeiro no valor de R\$950 (R\$950 em 2015) e atuarial no valor de R\$620 (R\$620 em 2015). Do total de processo dois classificados como prováveis e são referentes a majoração provisão de R\$134, depositados judicialmente.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contingencial--Continuação

7.3. Passivo contingencial--Continuação

b) Revisão de benefício--Continuação

Existem outros 253 (278 em 2015) processos de redutor etário avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante de R\$12.770 (R\$13.823) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Entretanto, existem quatro processos de mesma natureza que foram classificados na condição de prováveis em função de divergências jurisprudenciais e estão provisionados no montante de R\$1.356, considerando o impacto atuarial no valor de R\$187. Já existe jurisprudência no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) sobre essa demanda, tendo a Faelce obtido êxito naquela instância.

c) Expurgo de 1990

Existem atualmente 53 (51 em 2015) processos referentes ao expurgo que considerando o impacto financeiro e atuarial, montam em R\$5.506 (R\$4.845 em 2015), aos quais estão pleiteando revisão de benefícios com base em expurgos inflacionários de março de 1990, com quatro sentenças favoráveis à tese dos autores. Alguns processos estão parcialmente depositados em juízo com um montante em R\$668 (R\$489 em 2015).

d) Gestão administrativa

Em outubro de 2014, a Faelce impetrou uma nova ação que requer o direito a não incidência da COFINS por não auferir lucro, receita ou faturamento. A partir de novembro de 2014, a FAELCE deposita em conta judicial os valores apurados de COFINS através de liminar. Consta em dezembro de 2016 o saldo de depósitos é R\$629 (R\$327 em 2015).

e) Investimentos

Em 2011, a Fundação apresentou à Secretaria da Receita Federal do Brasil Manifestações de Inconformidade - Homologação de PER/DCOMP, através dos Processos: nº 10380.906480/2009-97; 10380.906481/2009-31; 10380.908959/2009-68 e 10380.720083/2009-20 - Secretaria da Receita Federal do Brasil, em fase administrativa, nos valores históricos de R\$4, R\$83, R\$72 e R\$943, respectivamente.

Em 2013, a Fundação foi intimada acerca da decisão que julgou a Manifestação de inconformidade improcedente e apresentou o Recurso voluntário dirigido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Os autos permanecem aguardando julgamento de recurso voluntário. Os consultores jurídicos da Fundação classificaram a probabilidade de perda como remota, contudo a Administração optou por constituir a provisão no montante de R\$ 2.932, considerando que a entidade foi sentenciada a depositar o valor em juízo.

Em agosto de 2016, a Fundação ajuizou ação anulatória de débito fiscal, com o objetivo de anular a decisão administrativa proferida no PAF nº 10380.720083/2009-20is, a qual indeferiu o pedido de restituição realizado na DCOMP nº 19669.42301.1.3.04-9490 e outras. Para tanto, realizou depósito judicial do montante integral de R\$ 2.932. A fase processual em que se encontra é a de aguardo da manifestação da Receita.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Patrimônio social

	2016			2015		
	Plano BD	Plano CD	Consolidado	Plano BD	Plano CD	Consolidado
Patrimônio de cobertura do plano						
Benefícios concedidos	908.170	11.522	919.692	856.866	8.078	864.944
Benefícios a conceder	163.623	90.554	254.177	165.166	77.357	242.523
(-) Provisão matemática a constituir (Nota 10)	(26.187)	-	(26.187)	(31.028)	-	(31.028)
	1.045.606	102.076	1.147.682	991.004	85.435	1.076.439
Equilíbrio técnico						
Déficit acumulado	11.229	-	11.229	(7.009)	-	(7.009)
	11.229	-	11.229	(7.009)	-	(7.009)
Fundos						
Fundos providenciais						
Patronal não comprometido	-	151	151	-	87	87
Atuarial coletivo	-	4.222	4.222	-	3.518	3.518
Fundos administrativos						
Participação no PGA	6.029	5.982	12.011	5.573	4.858	10.431
Fundos dos investimentos						
Fundo do Plano	867	138	1.005	676	123	799
	6.896	10.493	17.389	(7.009)	-	(7.009)
	1.063.731	112.569	1.176.300	990.244	94.021	1.084.265

9. Hipóteses atuariais e métodos atuariais

9.1. Plano BD

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão demonstradas abaixo:

	2016	2015
Taxa real anual de juros	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1,01% a.a.	1,01% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	0,00% a.a.	0,00% a.a.
- dos benefícios da Fundação	98% a.a.	98% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há	Não há
Hipótese sobre rotatividade	Nula	Nula
Tábua de sobrevivência geral	AT – 2000 M	AT – 2000 M
Tábua de sobrevivência de inválidos	AT – 1983 M	AT – 1983 M
Tábua de entrada em invalidez	Light (fraca)	Light (fraca)
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Exp Faelce/ Família efetiva	Exp Faelce/ Família efetiva

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Hipóteses atuariais e métodos atuariais--Continuação

9.1. Plano BD--Continuação

Está sendo utilizada a composição real familiar para avaliar os benefícios de reversão em pensão dos aposentados e pensionistas, enquanto que para avaliar os benefícios de reversão em pensão dos participantes ativos, é adotado o grupo familiar médio, com base na idade.

A Fundação utilizou a taxa de juros de 4,5% a.a. para o desconto em seu fluxo de pagamentos, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, e possui taxa de retorno de seus ativos adequada para fazer face ao fluxo das obrigações.

9.2. Plano CD

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão demonstradas abaixo:

	2016	2015
Taxa real anual de juros	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não aplicável	Não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não aplicável	Não aplicável
- dos benefícios da Fundação	Não aplicável	Não aplicável
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não aplicável	Não aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	AT - 1983	AT - 1983
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Light (média)	Light (média)
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Não aplicável	Não aplicável

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Demonstração consolidada das contribuições contratadas do plano BD

Serviço passado contratado

Refere-se ao valor de reserva matemática que cada participante fundador deveria ter na data da criação do plano BD, em abril de 1981. A patrocinadora Coelce optou por reconhecer essa dívida, conforme previsto no artigo 65 do Regulamento do plano, e vem amortizando através de contribuição mensal, com vigência até o ano de 2019.

<u>Patrocinador</u>	<u>Plano</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviço passado contratado (Nota 8)	BD	<u>26.187</u>	31.028
		<u>26.187</u>	31.028

11. Resultado do exercício

Apresentamos abaixo a movimentação, das provisões matemáticas, do superávit técnico e dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro 2016:

	<u>Provisões matemáticas</u>	<u>Superávit/ (déficit) técnico</u>	<u>Fundos</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.076.439	(7.009)	14.835
Constituição de provisões	71.243	-	-
Superávit técnico do exercício	-	18.238	-
Constituição de fundos	-	-	2.554
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.147.682</u>	<u>11.229</u>	<u>17.389</u>

A rentabilidade nominal líquida, obtida na aplicação do ativo líquido deste Plano BD, ao longo de 2016 foi de 14,43% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,31% o que, em termos reais, representou obter mais 6,47%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade líquida.

O Plano CD obteve uma rentabilidade de 15,23% em 2016 enquanto em 2015 foi de 11,76%.

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Recolhimento de tributos

PIS e COFINS

Calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas administrativas, conforme Anexo III da Instrução Normativa nº 247, de 21 de novembro de 2002 (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

13. Consolidação

Em cumprimento à Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, apresenta-se o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação do balanço patrimonial:

	<u>Plano BD</u>	<u>Plano CD</u>	<u>PGA</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo						
Disponível	261	7	6	274	-	274
Realizável						
Gestão previdencial	5.987	1.591	-	7.578	-	7.578
Gestão administrativa	6.029	5.982	776	12.787	(12.011)	776
	12.016	7.573	776	20.365	(12.011)	8.354
Investimentos						
Fundos de investimento	908.594	100.321	12.332	1.021.247	-	1.021.247
Investimentos imobiliários	102.702	-	-	102.702	-	102.702
Ações	39.989	-	-	39.989	-	39.989
Operações com participantes	16.122	4.852	-	20.974	-	20.974
Depósitos Judiciais	2.932	-	-	2.932	-	2.932
	1.070.339	105.173	12.332	1.187.844	-	1.187.844
Permanente						
Imobilizado	-	-	75	75	-	75
Intangível	-	-	18	18	-	18
	-	-	93	93	-	93
Total do ativo	1.082.616	112.753	13.207	1.208.576	(12.011)	1.196.565

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Consolidação--Continuação

	Plano BD	Plano CD	PGA	Total	Eliminações	Consolidado
Passivo						
Exigível operacional						
Gestão previdencial	1.147	55	-	1.203	-	1.203
Gestão administrativa	-	-	568	568	-	568
Investimentos	92	129	-	220	-	219
	1.239	184	585	1.991	-	1.991
Exigível contingencial						
Gestão previdencial	14.714	-	-	14.714	-	14.714
Gestão administrativa	-	-	628	628	-	628
Investimentos	2.932	-	-	2.932	-	2.932
	17.646	-	628	18.274	-	18.274
Patrimônio social						
Patrimônio de cobertura do plano						
Provisões matemáticas						
Benefícios concedidos	908.169	11.522	-	919.691	-	919.691
Benefícios a conceder	163.624	90.554	-	254.178	-	254.178
(-) Provisões matemáticas a constituir	(26.187)	-	-	(26.187)	-	(26.187)
	1.045.606	102.076	-	1.147.682	-	1.147.682
Equilíbrio técnico						
Resultados realizados						
Superávit (déficit) técnico acumulado	11.229	-	-	11.229	-	11.229
	11.229	-	-	11.229	-	11.229
	1.056.835	102.076	-	1.158.911	-	1.158.911
Fundos						
Fundos previdenciais	-	4.373	-	4.373	-	4.373
Fundos administrativos	6.029	5.982	12.011	24.022	(12.011)	12.011
Fundos dos investimentos	867	138	-	1.005	-	1.005
	6.896	10.493	12.011	29.400	(12.011)	17.389
	1.063.731	112.569	12.011	1.188.311	(12.011)	1.176.300
Total do passivo	1.082.616	112.753	13.207	1.208.576	(12.011)	1.196.565

Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Ajustes de precificação

Em atendimento a Resolução CNPC 16/2014, a entidade deverá divulgar, sem registro contábil, o valor de ajuste de precificação, resultado da diferença entre o valor contábil e o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria mantidos até o vencimento, cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e o custeio determinado atuarialmente, considerando no cálculo a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial. Os títulos ajustados estão assim resumidamente demonstrados:

Tipo	Vencimento	Quantidade	Contábil 31/12/2016	Valor ajustado 31/12/2016	Ajuste de precificação
NTN-B	15/08/2020	13.680	40.149	43.286	3.137
NTN-B	15/08/2022	3.950	11.788	12.779	991
NTN-B	15/05/2023	11.500	34.102	37.003	2.901
NTN-B	15/08/2024	59.744	173.292	197.154	23.862
NTN-B	15/08/2030	28.310	86.252	98.040	11.788
NTN-B	15/05/2035	65.020	173.125	228.966	55.841
NTN-B	15/08/2040	12.548	37.318	45.855	8.537
NTN-B	15/05/2045	39.190	102.471	144.107	41.636
NTN-B	15/08/2050	1.491	4.323	5.634	1.311
			662.820	812.824	150.004

15. Outras informações

15.1. Aprovação das demonstrações contábeis

A Administração aprovou as demonstrações contábeis e sua divulgação em 08 de fevereiro de 2017.

ANEXO II

PARECER DOS AUDITORES

INDEPENDENTES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Diretores, Participantes e Patrocinadores da
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE (“Fundação”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better
working world


Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis-- Continuação

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 08 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6


Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O-7-T-CE

ANEXO III

PARECER DO CONSELHO FISCAL



ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Ata da 59ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Fundação Coelce de Seguridade Social – FAELCE, realizada às 14:00hs do dia 15 de fevereiro de 2017, na sede desta Entidade – Av. Barão de Studart, 2700. Pauta: Relatório sobre Exame das Demonstrações Contábeis da Ernst & Young Auditores Independentes – EY, de 08 de fevereiro de 2017; Demonstrações Contábeis de 2016; Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 2016.

O Conselho Fiscal da Fundação Coelce de Seguridade Social – FAELCE no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias e para atendimento à legislação vigente, examinou os relatórios abaixo consolidados dos Planos BD, CD e PGA relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

1. Relatório sobre Exame das Demonstrações Contábeis da Ernst & Young Auditores Independentes – EY, de 08 de fevereiro de 2017;
2. Demonstrações Contábeis de 2016 e respectivas Notas Explicativas.

Baseado nos exames procedidos nos referidos documentos, o Conselho Fiscal é de parecer que os documentos examinados traduzem de modo adequado, a situação econômica-financeira-atuarial consolidada dos Planos BD, CD e PGA da FAELCE do exercício de 2016, pelo que aprova e recomenda ao Conselho Deliberativo sua plena aprovação, emitindo um parecer que passa a fazer parte integrante dessa ata.

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2017.

Carlos Wagner de Souza Maia
Conselheiro

Francisco da Rocha Ribeiro
Conselheiro

Maria Enivalda Oliveira Monteiro
Conselheira

Cesário Macedo Melo Neto
Conselheiro

ANEXO IV

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO
DELIBERATIVO**



**ATA DA 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA
FUNDAÇÃO COELCE DE SEGURIDADE SOCIAL – FAELCE**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas, em sua sede na Av. Barão de Studart, 2.700 - Fortaleza - CE, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Deliberativo da Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE. Presentes os conselheiros Ricardo Nelson Vasconcelos (Presidente), Viviane Maria Marcelo Bernardine, David Augusto de Abreu, e José Flávio Maia Uchoa. Presentes também, o Diretor de Seguridade e Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios – ARPB, Sr. José Tarcísio Ferreira Bezerra, o Diretor Administrativo e Financeiro e Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ, Sr. Carlos César Moreira Padilha, o atuário responsável pelos Planos de Benefícios, Sr. José Roberto Montello, da Jessé Montello Consultoria Atuarial, o auditor Sr. Lucas Abreu, representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e a contadora da entidade, responsável pelas Demonstrações Contábeis, Sra. Francly Laidy Bezerra dos Santos. A reunião foi secretariada pelo Sr. Marcos Antonio de Lima Santos, Atuário Interno da entidade. O Presidente do Conselho abriu os trabalhos, fazendo registro do falecimento do Conselheiro Juarez Ferreira de Paula no dia 31 de janeiro de 2017. Nos termos estatutários, o aludido Conselheiro foi sucedido pela Conselheira Suplente, Sra. Regina Lúcia Alencar Ribeiro, que tomou posse no dia 02 de fevereiro de 2017. A Conselheira não compareceu à reunião, tendo justificado previamente sua ausência. Finalizada as considerações preliminares, o Presidente do Conselho fez a leitura da ordem do dia, registrou o prévio envio dos documentos aos membros do Conselho e deu início ao primeiro item da pauta da reunião, a saber: **Aprovação das Demonstrações Atuariais dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida de 2016**. A palavra foi passada ao atuário responsável pelos Planos de Benefícios, Sr. José Roberto Montello, para apresentação das respectivas demonstrações. O atuário fez uso da palavra apresentando as Demonstrações Atuariais dos Planos BD e CD. Os Conselheiros Flávio Uchoa e Ricardo Vasconcelos, solicitaram explicações a respeito do índice de reajuste de 8,50% constante no item II da Demonstração Atuarial do Plano BD. O atuário informou que se refere ao reajuste geral concedido pela Patrocinadora COELCE no mês de novembro/2016 e o índice de 0,07% ao INPC do mês de novembro, para posicionar as variáveis financeiras no mês de dezembro/2016. O Conselheiro Flávio Uchoa, indagou a respeito da validação da taxa de 4,5% utilizada na avaliação do passivo atuarial. O atuário explicou que a premissa foi definida com base em estudo técnico previsto na Resolução CNPC nº 15, de 19 de dezembro de 2014, elaborado pela Consultoria ADITUS, em conjunto com a área de investimentos da entidade. O Conselheiro Flávio Uchoa, questionou o valor da taxa de crescimento real de salários equivalente a 0,24% ao ano, tendo em vista que a patrocinadora concedeu nos últimos acordos coletivos 0,5% ao ano. O atuário respondeu que o percentual de 0,24% expressa a variação média da remuneração nos últimos 36 meses, ou seja, é inferior a 0,5%, pois o total de proventos é composto por rubricas variáveis, como, por exemplo, horas extras, portanto, não há como garantir que todas as rubricas, além do salário base, aumentaram 0,5%. O Conselheiro Flávio Uchoa, pediu ao atuário explicações sobre a adoção da premissa de rotatividade nula. Primeiramente, o atuário explicou que é necessário diferenciar o desligamento do patrocinador com a saída do Plano. Informou que os participantes do Plano BD possuem idade média de 55 anos e, combinando o histórico de desligamento e a opção pelos institutos previdenciários do autopatrocínio e Benefício

Proporcional Diferido, a probabilidade de desligamento do Plano, é mínima, portanto, justifica-se a nulidade da premissa. Os Conselheiros Ricardo Vasconcelos e Flávio Uchoa, questionaram a discrepância de 12 mortes, entre o número de óbitos observados e esperados, e sua implicação no resultado da avaliação. O atuário informou que é necessário não restringir a análise apenas a um exercício, pois é prudente analisar horizonte mais longo, conforme apresentado no expediente JM/1415, de 30 de junho de 2015, onde é apresentado o teste de aderência da Tábua de Mortalidade Geral, que corrobora a adoção da AT 2000 (Masculina). Nos moldes solicitados pela PREVIC, o referido estudo apresentou o número esperado de óbitos ocorridos, que foi igual a 124 eventos, enquanto o esperado foi igual a 114, portanto, um indicativo que a mortalidade esperada está abaixo da ocorrida. Destacou também que mensurar e registrar o impacto da diferença entre óbitos esperados e ocorridos, levando em consideração apenas um exercício, não é usual, pois não tivemos efetivamente mudança na premissa em tela. Adicionalmente, o Conselheiro David Abreu, questionou o porquê da utilização da Tábua de Mortalidade Geral AT-2000 para o Plano BD e AT-1983 para o Plano CD, uma vez que a AT-1983 apresenta maior índice de mortalidade, sendo o Plano CD composto por massa de participantes mais jovens. O atuário registrou que o estudo contido no JM/1415, de 30 de junho de 2015, atesta que as tábuas são aderentes e, mesmo tratando-se de população única, os riscos e eventos de interesse são distintos, ou seja, enquanto o Plano BD assumiu o pagamento de compromisso mediante sobrevivência, o Plano CD paga o pecúlio mediante óbito do participante, logo, cada risco deve ser analisado separadamente. Ademais, é necessária parcimônia na gestão do Fundo de Risco do Plano CD, diante da concentração de riscos existentes (capitais segurados) e da probabilidade de ruína. O Conselheiro Ricardo Vasconcelos, registrou que o formato disponibilizado pela PREVIC para registro das hipóteses e premissas atuariais, não oferece estrutura suficiente para que o atuário possa apresentar as explicações necessárias visando o pleno entendimento das discrepâncias ocorridas entre o número de eventos esperados e ocorridos. O Conselheiro Flávio Uchoa solicitou explicação a respeito da diferença entre a aplicação da Tábua de Mortalidade de Inválidos e Entrada em Invalidez, bem como sobre a aderência das respectivas tábuas. O atuário pontuou que não existem tábuas mínimas exigidas pelo órgão regulador e que, no caso do Plano BD, a população de assistidos inválidos e participantes ativos é pequena, fragilizando os estudos de aderência, embora, tenha apresentando e fundamentado a adoção das mesmas. Explicou que a adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos, visa a projeção de tempo médio de obrigação do Plano com os atuais inválidos, enquanto que a utilização Tábua de Entrada em Invalidez, objetiva determinar o número de participantes ativos que entrarão em invalidez. Após a conclusão da apresentação dos resultados, bem como das explicações sobre as premissas adotadas na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios, o Conselho Deliberativo, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, assim como em atendimento à legislação vigente, aprovou por unanimidade as Demonstrações Atuariais dos Planos de Benefícios Definido e de Contribuição Definida de 2016, contidas no expediente JM/0172/2017 (anexos 1 e 2), de 25 de janeiro de 2017, que passa a ser parte integrante desta Ata. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente do Conselho colocou em pauta o segundo e o terceiro item da convocação, a saber: **Relatório sobre Exame das Demonstrações Contábeis da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.**, de 08 de fevereiro de 2017 e **Aprovação das Demonstrações Contábeis de 2016-2015, com respectivas Notas Explicativas.**



Para iniciar a apreciação dos documentos supramencionados, o Presidente passou a palavra ao Sr. Lucas Abreu. O representante da Ernst & Young comentou que o resultado da auditoria não apontou nenhuma distorção relevante nas demonstrações contábeis, ficando a disposição para os esclarecimentos necessários. Finalizadas as considerações do auditor, o Presidente do Conselho solicitou que a contadora responsável apresentasse as Demonstrações Contábeis da entidade 2016-2015. A contadora abordou todos os temas pertinentes e respondeu aos questionamentos decorrentes. Após a conclusão dos debates e da prestação dos esclarecimentos requeridos, o Conselho Deliberativo, baseado nos exames procedidos, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer do Conselho Fiscal recomendando a aprovação ao Conselho Deliberativo, de 15 de fevereiro de 2017, bem como nos trechos do parecer dos auditores independentes, transcritos a seguir, a pedido do Conselheiro Flávio Uchoa: " Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e " Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.", concluiu que as peças examinadas traduzem de modo adequado a situação econômico-financeira-atuarial dos Planos BD, CD e PGA do exercício de 2016, pelo que aprova e determina a sua divulgação aos participantes e assistidos, através do site da FAELCE www.faelce.com.br. E como nada mais houvesse a tratar, e ninguém fizesse o uso da palavra, determinou o Sr. Presidente que esta Ata fosse lavrada pelo secretário, a qual, lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros presentes.



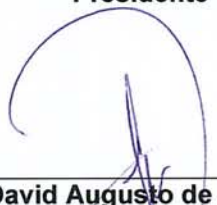
Ricardo Nelson Vasconcelos

Presidente



Viviane Maria Marcelo Bernardine

Conselheira



David Augusto de Abreu

Conselheiro



José Flávio Maia Uchoa

Conselheiro

Expediente

Conselho Deliberativo

Titulares

Ricardo Nelson Vasconcelos (Presidente)
David Augusto de Abreu
Viviane Maria Marcelo Bernardine
Juarez Ferreira de Paula
José Flávio Maia Uchôa

Suplentes

Regina Lúcia Alencar Ribeiro
Fernando Antônio de Moura Avelino

Conselho Fiscal

Titulares

Carlos Wagner de Souza Maia (Presidente)
Maria Enivalda Oliveira Monteiro
Francisco da Rocha Ribeiro
Cesário Macedo Melo Neto

Suplentes

Artur Teixeira Lima Neto
Lísia Maria de Andrade Saunders Magalhães
Luís Evandi Abraão Maia
Antônia Nunes Batista

Diretoria Executiva

David Augusto de Abreu (Presidente)
Carlos César Moreira Padilha (Dir. Administrativo Financeiro)
José Tarcísio Ferreira Bezerra (Dir. Segurança)

Relatório publicado em atendimento à Resolução CGPC nº 23/2006 e à Instrução Normativa Previc nº 11/2014.



Central de Atendimento

0800.280-3020

85.3452-6544

Av. Barão de Studart, 2700 - Dionísio Torres
CEP: 60120-002 - Fortaleza - CE - Brasil